

**SEXTA REUNIÃO PLENÁRIA**  
Ottawa, Canadá  
13 a 15 de setembro de 2009

**RELATÓRIO**

---

Foro Interparlamentario de las Américas  
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques  
Inter-Parliamentary Forum of the Americas





## Índice

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>5</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. PRIMEIRA SESSÃO DA REUNIÃO PLENÁRIA .....</b>	<b>7</b>
2.1 Exame da pauta .....	7
2.2 Eleição do Presidente da Sexta Reunião Plenária .....	7
2.3 Relatório Anual.....	7
2.4 Formação dos Grupos de Trabalho.....	8
2.5 Outros Assuntos .....	9
<b>3. APRESENTAÇÃO ESPECIAL: DEPOIS DA CRISE – REFORMA ECONÔMICA E FINANCEIRA NAS AMÉRICAS .....</b>	<b>9</b>
<b>4. CERIMÔNIA INAUGURAL E DISCURSO TEMA DO SECRETÁRIO GERAL DA OEA .....</b>	<b>10</b>
<b>5. APRESENTAÇÃO ESPECIAL: A PANDEMIA (H1N1) 2009 .....</b>	<b>11</b>
<b>6. SESSÃO FINAL DA REUNIÃO PLENÁRIA.....</b>	<b>13</b>
<b>6.1 Relatórios, Considerações e Recomendações dos Grupos de Trabalho .....</b>	<b>13</b>
6.1.1 Grupo de Trabalho I: a Crise Econômica e Financeira	13
6.1.2 Grupo de Trabalho 2: Segurança Alimentar	13
6.1.3 Grupo de Trabalho 3: Migrações Internacionais e Direitos Humanos	14
6.1.4 Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas	14
<b>6.2 Consideração das Recomendações e Resolução apresentadas pelo Comitê Executivo .....</b>	<b>15</b>
6.2.1 Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.1: Resultado do Diálogo Parlamentar Especial realizado antes da V Cúpula dos Chefes de Estados e Governos das Américas	15
6.2.2 Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.2: A Gripe A (H1N1)	15
6.2.3 Resolução FIPA/PA6/2009/RES.1: Emenda ao Artigo 6.1 do Regulamento do FIPA sobre a Composição do Comitê Executivo	15
<b>6.3 Eleição dos Membros do Comitê Executivo do FIPA .....</b>	<b>16</b>
6.3.1 Presidente do FIPA	16
6.3.2 País-sede da próxima Reunião Plenária	16
6.3.3 Representantes Sub-Regionais	16
6.3.4 Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas	16

<b>6.4</b>	<b>Outros Assuntos .....</b>	<b>16</b>
<b>7.</b>	<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>17</b>
<b>8.</b>	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>18</b>
<b>8.1</b>	<b>Apêndice 1 – Lista dos Participantes .....</b>	<b>18</b>
<b>8.2</b>	<b>Apêndice 2 – Programa e pauta da Sexta Reunião Plenária .....</b>	<b>25</b>
<b>8.3</b>	<b>Apêndice 3 – Relatório Anual do Presidente do FIPA, o Excelentíssimo Luiz Carlos Haully, Membro da Câmara dos Deputados do Brasil .....</b>	<b>29</b>
<b>8.4</b>	<b>Apêndice 4 – Apresentação especial pela palestrante convidada Sheryl Kennedy, Diretora Geral do Promontory Financial Group Canada: Depois da Crise – Reforma Econômica e Financeira nas Américas .....</b>	<b>31</b>
<b>8.5</b>	<b>Apêndice 5 – Discursos feitos na Cerimônia Inaugural.....</b>	<b>37</b>
8.5.1	Discurso da Líder do Governo no Senado do Canadá, a Excelentíssima Marjory LeBreton	37
8.5.2	Discurso do Vice-Presidente da Câmara dos Comuns do Canadá, deputado Andrew Scheer	39
8.5.3	Discurso do Presidente da Reunião Plenária, Deputado James Bezan, Canadá	40
8.5.4	Discurso do Presidente do FIPA, o Excelentíssimo Luiz Carlos Haully, Membro da Câmara dos Deputados do Brasil	42
8.5.5	Discurso-tema do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, o Excelentíssimo José Miguel Insulza	43
<b>8.6</b>	<b>Apêndice 6 – Relatórios e Recomendações do Grupo de Trabalho .....</b>	<b>47</b>
8.6.1	Grupo de trabalho nº 1: Crise Financeira e Econômica	47
8.6.2	Grupo de trabalho nº 2: Segurança Alimentar	53
8.6.3	Grupo de trabalho nº 3: Migrações internacionais e Direitos Humanos	61
8.6.4	Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas	67
<b>8.7</b>	<b>Apêndice 7 – Recomendações e Resolução apresentadas pelo Comitê Executivo .....</b>	<b>72</b>
8.7.1	Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.1: Resultado do Diálogo Parlamentar Extraordinário ocorrido antes da V Cúpula dos Chefes de Estados e Governos das Américas	72
8.7.2	Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.2: a Pandemia de Gripe A (H1N1)	74
8.7.3	Resolução FIPA/PA6/2009/RES.1: Emenda ao Artigo 6.1 do Regulamento do FIPA sobre a Composição do Comitê Executivo	76
<b>8.8</b>	<b>Apêndice 8 – Declaração FIPA/EC/2009/DEC.1 de Condena do Golpe de Estado em Honduras</b>	<b>77</b>
<b>8.9</b>	<b>Apêndice 9 – Composição do Comitê Executivo 2009-2010 .....</b>	<b>79</b>



## Agradecimentos

O Secretariado Técnico do FIPA deseja expressar seus mais profundos agradecimentos ao Parlamento do Canadá, em particular ao deputado James Bezan e aos membros da Diretoria dos Assuntos Internacionais e Interparlamentares por sua colaboração na organização da Sexta Reunião Plenária.

Gostaríamos de expressar também nossos sinceros agradecimentos aos palestrantes convidados e os secretários dos grupos de trabalho por sua inestimável contribuição às sessões de trabalho.

\* \* \* \* \*



## 1. Introdução



Parlamento do Canadá. Bloco Central

Atendendo ao amável convite do Parlamento do Canadá, a Sexta Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) foi realizada em 13,14 e 15 de setembro na cidade de Ottawa.

Esse importante evento reuniu mais de 75 parlamentares que participaram como delegados oficiais de 22 países das Américas assim como representantes de dois países observadores permanentes (*Apêndice 1: lista dos participantes*).

O tema geral do evento foi “Prosperidade e Cooperação: uma nova agenda para as Américas”. Na primeira sessão plenária, a Assembleia formou três grupos de trabalho para examinar a crise

econômica e financeira mundial, a questão da segurança alimentar e os desafios vinculados às migrações internacionais e aos direitos humanos, respectivamente. Além disso, o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas realizou sua quinta reunião.

## 2. Primeira Sessão da Reunião Plenária

### 2.1 Exame da pauta

O presidente do FIPA, Luiz Carlos Hauly, membro da Câmara dos Deputados do Brasil, abriu a Sexta Reunião Plenária com a apresentação da versão preliminar da pauta. A pauta foi adotada por unanimidade pela Assembleia Plenária (*Apêndice 2: programa e pauta da Reunião Plenária*)

### 2.2 Eleição do Presidente da Sexta Reunião Plenária

O presidente do FIPA presidiu então a eleição do presidente da Sexta Reunião Plenária. Deputado James Bezan, presidente da Seção Canadense do FIPA foi eleito por aclamação.

### 2.3 Relatório Anual

A convite do presidente recém-eleito, o presidente do FIPA apresentou o relatório anual, resumindo o trabalho do Comitê Executivo e Secretariado Técnico no período de 2008-2009.

O presidente começou seu relatório divulgando os resultados das principais atividades do FIPA. Isso incluiu o Diálogo Parlamentar Especial sediado pelo Parlamento de Trinidad e Tobago antes da V Cúpula dos Chefes de Estados e Governos das Américas, o workshop para parlamentares “Liberalização do Comércio: a OMC, a Rodada de Doha e os Desafios para o Desenvolvimento” sediado pela Assembleia Legislativa da Costa Rica e o Congresso “Rumo a uma Agenda Legislativa para o Desenvolvimento com Perspectiva de Gênero nas Américas” organizado pela Presidente do Grupo de Mulheres do FIPA, a

senadora colombiana Cecilia López. Ele também fez um relatório sobre a participação de uma delegação do Grupo de Mulheres em um programa de treinamento para mulheres candidatas às eleições no Haiti e em reuniões organizadas junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a Confederação Parlamentar das Américas (COPA).

O presidente então se voltou para as questões administrativas, tratando em particular, da criação dos novos grupos do FIPA nos parlamentos e sobre cotas ordinárias e contribuições especiais recebidas dos parlamentos e outras organizações.

O relatório foi aprovado pela Assembleia Plenária. (*Apêndice 3: versão integral do Relatório Anual*)

## 2.4 Formação dos Grupos de Trabalho

Como recomendado pelo Comitê Executivo do FIPA, o presidente da Reunião Plenária propôs a formação dos seguintes grupos de trabalho:

### **Grupo de Trabalho 1: A Crise Econômica e Financeira**

*Presidente:* Sr. Luiz Carlos Hauly, Presidente da FIPA, Membro da Câmara dos Deputados do Brasil

*Palestrante convidada:* Sra. Vinita Watson, Diretora Executiva do Banco de Desenvolvimento Interamericano do Canadá

### **Grupo de Trabalho 2: Segurança Alimentar**

*Presidente:* A Excelentíssima Joan Purcell, Presidenta do Senado de Granada

*Palestrantes convidados:* Sr. Juan Carlos García Cebolla, Coordenador do Projeto “Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome”, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Escritório Regional para a América e o Caribe, Santiago, Chile

Dr. Maximo Torero, Coordenador da América Latina e Diretor dos Mercados e Divisão de Instituições, Instituto Internacional de Pesquisa de Alimentos, Washington D.C., EUA.

Dr. Michael Bedoya, Representante do Instituto Interamericano para a Cooperação em Agricultura, Ottawa, Canadá

### **Grupo de Trabalho 3: Migrações Internacionais e Direitos Humanos**

*Presidente:* O Excelentíssimo Ricardo García Cervantes, Vice-Presidente do Senado do México

*Palestrantes convidados:* Dr. Demetrios G. Papademetriou, Presidente, Instituto de Política de Migração, Washington, DC, EUA.

Sra. Agueda Marin, Diretora de Programas, Instituto de Política de Migração, Escritório para a América do Norte e o Caribe, Washington, DC, EUA.

Sr. Mario López Garelli, Perito Sênior em Direitos Humanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Washington D.C., EUA.



Sr. Bezan também convidou participantes, homens e mulheres, para assistir à segunda sessão de trabalho da **Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas** a ser realizada na manhã de 14 de setembro 2009, sob a presidência da senadora canadense Céline Hervieux-Payette, ex-presidente do FIPA – substituindo a presidente do Grupo de Mulheres.

## 2.5 Outros Assuntos

O presidente avisou os participantes que haverá eleições para preencher os seguintes cargos:

- Presidente do FIPA;
- Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas;
- País-sede da Sétima Reunião Plenária; e
- Um representante para cada uma das 4 sub-regiões: Caribe, América Central, América do Norte e América do Sul.

Ele convidou os delegados a ler as regras de procedimento e formas de nomeação distribuídas anteriormente.

O presidente também informou que o Comitê Executivo apresentará a versão preliminar de uma resolução para alterar o Artigo 6.1 do Regulamento do FIPA sobre a composição do Comitê Executivo, assim como duas recomendações sobre os resultados do Diálogo Parlamentar Especial e sobre a Pandemia de Gripe A (H1N1), respectivamente, para consideração pela Assembleia Plenária na última Sessão Plenária.

Depois desses anúncios, os delegados do Equador, Colômbia, Bolívia, Chile, Peru, Panamá, Guatemala, Paraguai e República Dominicana pediram a palavra para compartilhar propostas e pontos de vista. O presidente pediu que esses assuntos fossem discutidos em detalhes durante as sessões dos Grupos de Trabalho para que o horário pudesse ser respeitado.

A Sessão Plenária foi encerrada.

## 3. Apresentação Especial: Depois da Crise – Reforma Econômica e Financeira nas Américas

Sra. Sheryl Kennedy, diretora geral do *Promontory Financial Group Canada* e ex-vice-governadora do Banco do Canadá, foi convidada ao pódio para apresentar um texto sobre a reforma econômica e financeira nas Américas depois da crise. A sra. Kennedy começou sua apresentação com um panorama sobre as origens da crise. Ela descreveu, em particular, a “bolha” e os “desequilíbrios mundiais” em nível da demanda interna e da poupança, entre economias industrializadas e emergentes, que caracterizaram a situação econômica mundial antes do colapso econômico e levaram, entre outros fatores, à crise.

Após o quê, ela tratou das oportunidades para reforma, enfocando as seguintes áreas políticas: evitar o protecionismo continuando as negociações da Rodada de Doha e a integração; promover uma estrutura

fiscal e monetária, que contribua para um equilíbrio adequado entre demanda interna e crescimento baseado nas exportações; apoiar o fornecimento de serviços públicos tais como educação, saúde e infraestrutura promovendo ao mesmo tempo atividade econômica responsável do ponto de vista do meio ambiente; e ter sistemas financeiros eficientes e seguros com serviços de redução de riscos eficientes. Insistindo no fato de que todas essas prioridades deveriam ser parte da agenda política para parlamentos e governos, a sra. Kennedy argumentou que havia agora condições ideais para uma reforma no setor financeiro que desapareceriam rapidamente com a recuperação econômica considerando que essa área legislativa não é vista tradicionalmente como “populista”.

Segundo a sra. Kennedy, reformas possíveis no setor financeiro incluem a implementação de ações que melhoram a integridade e a transparência do sistema financeiro garantindo que “as regras do jogo” sejam compreensíveis para todos e rigorosamente aplicadas. Ela também salientou a importância de uma boa governança em nível corporativo, complementado por autoridades regulatórias fortes em nível nacional e mundial de forma a que possa haver uma boa vigilância das instituições financeiras. Ela enfatizou, em toda sua apresentação, a importância de “promover todas as coisas com moderação”, incluindo ter regras que incentivem um equilíbrio adequado entre o investimento local e internacional.

A apresentação foi seguida por um período de perguntas e respostas durante o qual se manifestaram os delegados da República Dominicana, Chile, Brasil, México, Bolívia, Argentina e Paraguai. A discussão enfocou o valor da liberalização do comércio em função do tamanho do mercado interno, na política de investimento e na política fiscal. Foi enfatizada a necessidade de mais cooperação entre as economias industrializadas e em desenvolvimento e entre essas últimas.

*(Apêndice 4: versão integral da apresentação)*

## 4. Cerimônia Inaugural e Discurso Tema do Secretário Geral da OEA

Foto: HOC-CDC



Cerimônia Inaugural na Câmara do Senado

A cerimônia inaugural da Sexta Reunião Plenária ocorreu no domingo, 13 de setembro de 2009, na Câmara do Senado do Parlamento Canadense.

A sessão começou com um discurso da **Excelentíssima Marjory LeBreton, Líder do Governo no Senado do Canadá**. A senadora LeBreton salientou o papel do FIPA na promoção do diálogo e na partilha das melhores práticas sobre importantes questões hemisféricas, entre outras, o papel das mulheres no Parlamento, o papel das legislaturas na melhoria da segurança hemisférica e no desenvolvimento econômico. Ela salientou a importância de ter um enfoque colaborativo para enfrentar desafios regionais referentes às atuais condições econômicas e

incentivou os delegados a aprender das experiências e das histórias bem sucedidas uns dos outros, durante os três dias do evento.

A cerimônia continuou com as observações do **sr. Andrew Scheer, vice-presidente da Câmara dos Comuns do Canadá**. O sr. Scheer transmitiu os melhores votos de sucesso do presidente da Câmara dos



Comuns do Canadá, o Excelentíssimo Peter Milliken, e parabenizou os parlamentares presentes por sua boa vontade em tratar de questões que representam um desafio durante a reunião, inclusive questões referentes à crise econômica e financeira, segurança alimentar, migração e direitos humanos e igualdade de gêneros.

Após o quê, **o deputado canadense James Bezan, presidente da Sexta Reunião Plenária e presidente da Seção Canadense do FIPA.** O sr. Bezan falou do fortalecimento crescente das relações interamericanas, fato visível e notável no número crescente de acordos bilaterais e regionais assinados e em negociação. Ele mencionou o valor, nesse contexto, do engajamento do FIPA para contribuir à agenda interamericana de modo a complementar o papel dos fóruns interamericanos tais como a OEA e as Cúpulas das Américas.

**O sr. Luiz Carlos Hauly, presidente do FIPA e membro da Câmara dos Deputados do Brasil,** foi então convidado a falar. O sr. Hauly partilhou uma reflexão sobre a evolução do FIPA desde a sua criação em 2001 e sobre o papel da diplomacia parlamentar nas Américas. Ele salientou a importância específica dessa Reunião Plenária no estabelecimento de diretrizes e medidas comuns para enfrentar os desafios regionais na gestão da crise econômica e financeira, na promoção da segurança alimentar e no tratamento da política sobre migração e direitos humanos. Ele também aproveitou a oportunidade para promover um papel mais abrangente para o FIPA na defesa da resolução pacífica dos conflitos, da democracia, da lei e dos direitos humanos.

O palestrante da cerimônia inaugural foi sua Excelência José Miguel Insulza, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

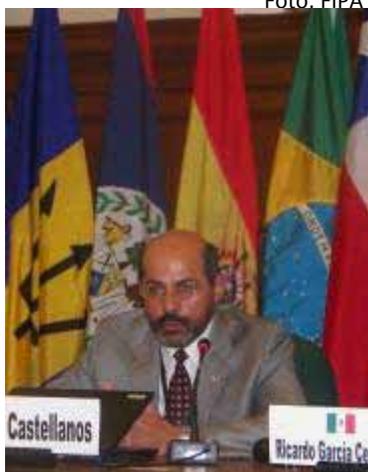
As observações do secretário geral enfocaram a crise política em Honduras e nas lições aprendidas para a OEA e as instituições interamericanas – com o objetivo de lançar um debate sobre os meios de fortalecer a democracia no hemisfério. O sr. Insulza comentou, em particular, sobre as “imperfeições” da Carta Democrática Interamericana, especialmente, a falta de clareza na definição do que constitui uma ruptura da ordem democrática e a ausência de mecanismos para todos os poderes do estado – e não somente o setor executivo do governo – para poder invocar sua aplicação. Ele insistiu na necessidade de ter democracias que vão além de “eleições livres, justas e transparentes” para poder criar um sistema verdadeiro de controle e ajuste, com transparência, ética, responsabilidade no tratamento dos assuntos de estado, partidos políticos fortes, acesso à informação, liberdade de imprensa, liberdade de expressão e “cidadania efetiva”. O Secretário Geral salientou o papel do setor legislativo nesse processo de fortalecimento da democracia e no valor do FIPA como fórum por conduzir esse tipo de debate.

*(Apêndice 5: versão integral dos discursos inaugurais)*

## **5. Apresentação especial: A Pandemia (H1N1) 2009**

Uma apresentação especial sobre a gripe A (H1N1) 2009 foi realizada na manhã do dia 14 de setembro com a participação do Dr. Luis Gerardo Castellanos, epidemiologista junto à Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), como palestrante convidado.

Dr. Castellanos começou sua apresentação com um exame do estado atual da Gripe A (H1N1) 2009, de um ponto de vista epidemiológico. Ele explicou os critérios que levaram a OMS a elevar seu nível de alerta para 6 e declarar a pandemia pela primeira vez na sua existência, em junho de 2009, o que significa que no mínimo dois países diferentes de dois continentes diferentes tinham até então confirmado a transmissão do vírus entre comunidades. Ele então apresentou a situação da pandemia que foi qualificada como “moderada” pela OMS nos países das Américas. Dr. Castellanos mencionou indicadores de qualidade da OPS/OMS tais como dispersão geográfica, tendência, intensidade e impacto no sistema de saúde. Ele também mencionou indicadores como níveis de ataque em ambientes fechados e nível de transmissibilidade, que podem ser três vezes mais altos do que a gripe sazonal, ele disse.



Dr. Luis Gerardo Castellanos

O Dr. Castellanos salientou as diferenças entre os vírus da gripe sazonal e da Gripe A (H1N1) 2009 em termos de populações de alto risco, dizendo que, enquanto crianças e idosos eram os grupos mais vulneráveis à gripe sazonal, jovens adultos – especialmente mulheres grávidas e pessoas com problemas cardiovasculares ou respiratórios e condições de imunossupressão (incluindo câncer) – eram mais vulneráveis ao vírus (H1N1). Ele também mencionou a vulnerabilidade de grupos aborígenes, minorias e outros grupos de população negligenciados. Ele ainda acrescentou que existiam também alguns elementos “desconhecidos”, em particular, com relação à segunda onda da pandemia, embora a expectativa fosse que a pandemia persistiria por vários meses.

O Dr. Castellanos enfatizou a importância do Regulamento Internacional da Saúde, um instrumento jurídico aceito pelos membros da OMS em 2005 no intuito de aprimorar a segurança da saúde pública nacional, regional e mundial fomentando, em particular, intercâmbio de informações e comunicação. Ele incentivou os participantes a monitorar a implementação do Regulamento em seus países respectivos.

A última parte da apresentação enfocou as recomendações da OPS/OMS com relação à vacina e medidas não-farmacêuticas. Ao tratar da questão da vacina, o Dr. Castellanos lembrou os participantes que o objetivo da vacina é proteger a integridade dos sistemas de saúde e da infraestrutura essencial em cada país, no intuito de reduzir a morbidade e a mortalidade e de reduzir a transmissão viral em nível comunitário. Ele ainda declarou que a vacina deveria ser considerada como “um componente de uma resposta integrada para lutar contra a pandemia”. Com relação à acessibilidade das vacinas, ele indicou que os países terão que definir que grupos prioritários receberão a vacina, pois é pouco provável que os países tenham um número suficiente de doses para vacinar toda a população. Entretanto, ele mencionou que ensaios clínicos preliminares mostraram que uma única dose de vacina daria imunidade suficiente a uma pessoa o que permitiria a vacinação de uma população mais numerosa. Ele também disse que a OPS estava trabalhando para facilitar o acesso de vacinas aos países em desenvolvimento.

Ao encerrar a sua apresentação, o Dr. Castellanos insistiu sobre a importância de implementar medidas não-farmacêuticas tais como higiene das mãos e distância entre as pessoas. Ele salientou o valor da solidariedade e da cooperação internacional.

A apresentação foi seguida por um curto período de perguntas e respostas, durante o qual houve manifestação dos delegados da República Dominicana, do Brasil e do Haiti.

(A apresentação PowerPoint do Dr. Luis Gerardo Castellanos está disponível no site do FIPA: [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org))

## 6. Sessão Final da Reunião Plenária

A sessão de encerramento da Sexta Reunião Plenária ocorreu na manhã da terça-feira, 15 de setembro de 2009, no Parlamento do Canadá.

### 6.1 Relatórios, Considerações e Recomendações dos Grupos de Trabalho

O presidente da Reunião Plenária, deputado James Bezan, convidou os presidentes dos grupos de trabalho a apresentar resumos das deliberações ocorridas nos seus respectivos grupos e as recomendações apresentadas à Assembleia Plenária para consideração.

#### 6.1.1 Grupo de Trabalho 1: a Crise Econômica e Financeira



Foto: M. López Garelli

O presidente do FIPA, Luiz Carlos Hauly, tomou a palavra para apresentar o relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Crise Econômica e Financeira, composto por 31 parlamentares de 18 países-membro e um país observador. Ele salientou a participação da sra. Vinita Watson, diretora executiva para o Canadá do Banco de Desenvolvimento Interamericano do Canadá como apresentadora.

Os presidentes dos grupos de trabalho fazem relatório à Assembleia Plenária

trabalho como resultado de seus dois dias de discussões, que foram apresentadas para consideração à Assembleia Plenária. Após uma curta discussão, as recomendações foram adotadas pela Assembleia Plenária sem emendas.

O sr. Hauly apresentou então as recomendações aprovadas pelo grupo de

Também foi aceito que todas as recomendações e resoluções da Assembleia Plenária devem ser vistas como um todo considerando o vínculo entre as questões analisadas.

(Apêndice 6: relatório e recomendações desse grupo de trabalho; a apresentação PowerPoint de Vinita Watson está disponível no site do FIPA: [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org))

#### 6.1.2 Grupo de Trabalho 2: Segurança Alimentar

O presidente deu então a palavra à presidenta do Senado de Granada, a Excelentíssima Joan Purcell, que presidiu os trabalhos do Grupo de Trabalho 2, sobre segurança alimentar, com a participação de 18 parlamentares de doze países do hemisfério. A senadora Purcell apresentou pontos chave das

apresentações do sr. Juan Carlos García Cebolla, da Organização para Agricultura e Alimentação, dr. Maximo Torero, do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar e dr. Michael Bedoya, do Instituto Interamericano para a Cooperação na Agricultura.

As recomendações adotadas pelo grupo de trabalho foram então submetidas à Assembleia Plenária para consideração. Após a discussão, as recomendações foram adotadas com duas emendas incluindo, uma formulação mais incisiva sobre a necessidade de uma produção alimentar sustentável do ponto de vista ambiental. Além disso, aceitou-se que o pedido de moratória sobre o pagamento de juros da dívida externa seja mais claramente definido na seção de relatório.

*(Apêndice 6: relatório completo e recomendações desse grupo de trabalho. As apresentações PowerPoint preparadas pelos palestrantes convidados estão disponíveis no site do FIPA: [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org))*

### 6.1.3 Grupo de Trabalho 3: Migrações Internacionais e Direitos Humanos



Foto: FIPA

O senador Ricardo García Cervantes, vice-presidente do México, tomou a palavra para apresentar as recomendações do Grupo de Trabalho 3, sobre migrações internacionais e direitos humanos, que foi composto por 21 parlamentares de 13 países. Ele salientou o trabalho de três apresentadores especialistas: Agueda Marin, da Organização Internacional para a Migração, o sr. Mario López Garelli, da Comissão Interamericana sobre Direitos Humanos e o dr. Demetrios Papademetriou, do Instituto de Política sobre Migração.

Delegados durante a sessão plenária de encerramento

As recomendações sobre o Grupo de Trabalho foram então apresentadas para consideração da Assembleia Plenária. Uma emenda foi acrescentada para evidenciar a importância de promover a paz, além de algumas mudanças menores.

*(Apêndice 6: relatório completo e recomendações desse grupo de trabalho; as apresentações PowerPoint e os documentos de contexto preparados pelos palestrantes convidados estão disponíveis no site do FIPA: [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org))*

### 6.1.4 Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

A Excelentíssima Céline Hervieux-Payette, senadora canadense e ex-presidente do FIPA, foi dada a palavra para o relatório da Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, que foi realizada nos dias 13, 14 e 15 de setembro, de manhã. A senadora Hervieux-Payette salientou a participação da Excelentíssima Lynn Holowesko, presidente do Senado das Bahamas, como palestrante convidado durante a primeira sessão de trabalho.



Ela apresentou então as recomendações aprovadas pelo grupo de trabalho observando que essas incluíam todas as recomendações adotadas no Congresso “Rumo a uma Agenda Legislativa para o Desenvolvimento com Perspectiva de Gênero nas Américas” presidido pela Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, a senadora colombiana Cecilia López em novembro de 2008.

As recomendações foram adotadas pela Assembleia Plenária com duas emendas de menor importância.

*(Apêndice 6: relatório completo e recomendações desse grupo de trabalho; a apresentação da senadora Lynn Holowesko está disponível no site do FIPA: [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org))*

## 6.2 Consideração das Recomendações e Resolução apresentadas pelo Comitê Executivo

Após o exame dos relatórios do grupo de trabalho, a Assembleia Plenária considerou algumas resoluções e recomendações apresentadas pelo Comitê Executivo do FIPA.

### 6.2.1 *Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.1: Resultado do Diálogo Parlamentar Especial realizado antes da V Cúpula dos Chefes de Estados e Governos das Américas*

O presidente apresentou uma versão preliminar de recomendação para apoiar a declaração final do Diálogo Parlamentar Especial realizado antes da V Cúpula das Américas em abril de 2009 no Parlamento de Trinidad e Tobago em Porto de Espanha.

A Recomendação foi adotada por unanimidade.

*(Apêndice 7: texto completo da Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.1)*

### 6.2.2 *Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.2: A Gripe A (H1N1)*

O presidente apresentou então uma versão preliminar de recomendação sobre a Gripe A (H1N1) baseada essencialmente nas recomendações feitas pela OMS.

A recomendação foi adotada com algumas emendas à versão inglesa de menor importância.

*(Apêndice 7: texto completo da Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.2)*

### 6.2.3 *Resolução FIPA/PA6/2009/RES.1: Emenda ao Artigo 6.1 do Regulamento do FIPA sobre a Composição do Comitê Executivo*

Finalmente, o presidente da Sexta Reunião Plenária apresentou uma versão preliminar da Resolução para alterar o Artigo 6.1 do Regulamento do FIPA sobre a Composição do Comitê Executivo, com o objetivo de permitir que todos os ex-presidentes do FIPA tenham assento no Comitê Executivo.

Respondendo às questões levantadas, membros do Comitê Executivo do FIPA esclareceram que o objetivo da emenda era garantir que a memória institucional seja mantida apesar da rotatividade dos parlamentares no Comitê. A Resolução foi adotada com uma objeção, expressada por um membro da delegação canadense.

*(Apêndice 7: texto completo da Resolução FIPA/PA6/2009/RES.1; Regulamentos do FIPA atualizados em 15 de setembro de 2009 disponíveis no site do FIPA: [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org))*

## 6.3 Eleição dos Membros do Comitê Executivo do FIPA

### 6.3.1 Presidente do FIPA

Proposto pelo Chile e secundado pelo Paraguai, o membro da Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly foi reeleito por unanimidade para ser presidente do FIPA para o período 2009-2011.

Nas suas observações, o presidente expressou sua satisfação com os resultados atingidos pelos grupos de trabalho e reiterou seus agradecimentos ao Parlamento do Canadá pela organização de uma Sexta Reunião Plenária tão bem sucedida. Ele também incentivou os delegados a institucionalizar a adesão dos respectivos parlamentos ao FIPA por meio de resoluções ou da criação de sessões nacionais seguindo o exemplo do Brasil e do Canadá.

### 6.3.2 País-sede da próxima Reunião Plenária

Após consideração das propostas existentes, a Assembleia Plenária aceitou por consenso a proposta do Congresso do México de sediar a Sétima Reunião Plenária do FIPA em 2010 e a proposta do Congresso do Paraguai de sediar a Oitava Reunião Plenária do FIPA em 2011, juntamente com seus respectivos bicentenários. A Assembleia também apreciou a proposta da Assembleia Nacional do Equador de sediar o próximo evento do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas.

### 6.3.3 Representantes Sub-Regionais

O presidente convidou então os delegados representando cada sub-região do FIPA a propor nomeações para a eleição do país que representará sua sub-região respectiva no Comitê Executivo para o período de 2009-2011.

Com a nomeação feita por Granada em nome das delegações do Caribe, o Parlamento de Santa Lúcia foi eleito para suceder ao Parlamento de Granada como representante do Caribe;

Com a nomeação feita pelo Peru apoiada por todas as delegações sul-americanas, o Congresso do Paraguai foi eleito para suceder ao Congresso do Chile como representante da América do Sul.

Com o apoio das delegações da América Central, a Assembleia Nacional do Panamá foi eleita para suceder ao Congresso da Guatemala como representante da América Central.

Com a nomeação feita pelo Canadá, com o apoio do México, o Congresso dos Estados Unidos da América foi eleito para suceder ao Congresso do México como representante para a América do Norte.

*(Apêndice 9: lista dos membros do Comitê Executivo para 2009-2010)*

### 6.3.4 Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

A Assembleia Plenária aplaudiu a eleição da sra. Linda Machuca Moscoso, membro da Assembleia Nacional do Equador, como presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas para o período 2009-2011. A eleição ocorreu durante a sessão especial do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas naquela manhã.

## 6.4 Outros Assuntos

Algumas outras questões foram levantadas durante a última sessão plenária.



Em particular, houve uma proposta feita pelo México para introduzir a questão da situação em Honduras na agenda da Reunião Plenária.

Um delegado do Paraguai pediu à Assembleia para pensar em tratar das questões de corrupção e terrorismo na próxima Assembleia Plenária.

Por sua vez, a delegada colombiana reiterou a proposta que fez durante a sessão plenária, a saber, que seja examinada a questão da paz e dos direitos humanos.

Para se conformar ao Regulamento do FIPA e após consulta com o Comitê Executivo, o presidente indicou que nenhum novo item seria aceito para a pauta já aprovada considerando que esses assuntos foram tratados – em uma Declaração do Comitê Executivo no caso da situação em Honduras e com relação à proposta colombiana numa emenda às recomendações do Grupo de Trabalho sobre Migrações e Direitos Humanos. Com relação à agenda da próxima Reunião Plenária, o presidente indicou que o Comitê Executivo, do qual o Paraguai faz parte agora, deveria fazer recomendações sobre esse assunto.

Por sugestão do Canadá, a Assembleia Plenária apoiou a Declaração FIPA/EC/2009/DEC.1 emitida pelo Comitê Executivo do FIPA em 1º de julho de 2009, para “Condenar o Golpe de Estado em Honduras”. Em particular, a Declaração exige “que a crise interna seja resolvida pela via do diálogo entre os atores políticos e sociais envolvidos”.

*(Apêndice 8: texto completo da Declaração FIPA/EC/2009/DEC.1)*

## **7. Encerramento**

O presidente parabenizou os novos membros eleitos do Comitê Executivo e agradeceu a equipe de apoio e organizadora do evento pela qualidade dos serviços fornecidos. Ele declarou então a reunião encerrada.

\* \* \* \* \*

## 8. Apêndices

### 8.1 Apêndice 1 – Lista dos Participantes

#### DELEGADOS

##### **Presidente do FIPA (Brasil)**

Deputado Luiz Carlos Hauly

##### **Argentina**

Deputada Susana Mercedes Canela

##### **As Bahamas**

Lynn Holowesko, Presidenta do Senado

##### **Bolívia**

Senadora María Silvia Baldomar

Senador Guido Guardia Flores

##### **Brasil**

Senador Eduardo Azeredo

Deputado Antonio Carlos Mendez Thame

Deputado Mauricio Rands

Deputado Carlos Eduardo Vieira Da Cunha

##### **Canadá**

Senadora Marjory LeBreton – Líder do Governo no Senado

Senadora Raynell Andreychuk

Senadora Céline Hervieux-Payette

Senadora Pierrette Ringuette

Senador Terrance Stratton

Deputado Andrew Scheer, Vice-presidente da Câmara dos Deputados – Anfitrião

Deputado James Bezan – Presidente da Reunião Plenária

Deputado Ed Holder

Deputado Peter Julian

Deputada Francine Lalonde

Deputado Larry Miller

Deputado Pierre Paquette

Deputado Mario Silva

##### **Chile**

Senador Sergio Romero Pizarro

Deputado Iván Moreira Barros

Deputado José Francisco Encina Moriamez

Deputado Roberto Sepúlveda Hermosilla



Deputado Eugenio Tuma Zedán

**Colômbia**

Senadora Gloria Inés Ramírez

**El Salvador**

Deputado Luis Roberto Angulo Samayoa

**Ecuador**

Fernando Cordero Cueva, Presidente da Assembleia Nacional

Lídice Vanesa Larrea Viteri, Membro da Assembleia Nacional

Linda Machuca Moscoso, Membro da Assembleia Nacional

**Granada**

Joan Purcell, Presidenta do Senado

Senador George Prime

Deputado Roland Bhola

**Guatemala**

Deputado Edgar Leonel Arévalo Barrios

Deputado Oswaldo Iván Arévalo Barrios

Deputado Edgar Caín González Aguilar

Deputado Félix Adolfo Ruano de León

**Haiti**

Deputado Jean Ricaud Bélizaire

Deputado Jean Beauvois Dorsonne

**Jamaica**

Deputada Shahine Robinson

**México**

Senador Ricardo García Cervantes

Senadora Adriana González Carrillo

Senador Rogelio Humberto Rueda

Senador Rubén Fernando Velázquez López

**Panamá**

Deputada Iracema Ayarza de Dale

Deputado Francisco Brea

Deputado Fernando Carrillo

Deputada Dana Castañeda

Deputado Víctor Juliao

Deputado Tito Rodríguez

**Paraguai**

Senador Carlos Roger Caballero Fioro  
Senador Alberto Grillón Conigliaro  
Senador Amancio López Irala

**Peru**

Congressista Karina Juliza Beteta Rubín  
Congressista Eduardo Espinoza Ramos  
Congressista Gustavo Espinoza Soto  
Congressista Guido Ricardo Lombardi Elías  
Congressista Juan David Perry Cruz  
Congressista Rolando Reátegui Flores  
Congressista Carlos Alberto Torres Caro  
Congressista Rafael Yamashiro Ore

**República Dominicana**

Deputado Mauro Piña Bello  
Deputada Josefa Castillo  
Deputado Juan Gilberto Serulle

**Santa Lucia**

Rosemary Husbands-Mathurin, Presidenta da Câmara da Assembleia

**Surinam**

Deputado August Bado  
Deputado Frankel Brewster  
Deputado Ortwin Cairo  
Deputado Soedeshchand Jairam  
Deputado Chanderdath Tilakdharie

**Trinidad e Tobago**

Deputado Stanford Callender  
Senador Adesh Nanan

**Estados Unidos da América**

Representante Gregory Meeks

**OBSERVADORES PERMANENTES**

**República Popular da China**

Bing Lu, Membro do Congresso Nacional Popular

**Federação Russa**

Mikhail Margelov, Membro do Conselho da Federação da Assembleia Federal



## CONVIDADOS

**Banco Interamericano de Desenvolvimento**  
Vinita Watson, Diretora Executiva por Canadá

**Centro Parlamentar**  
Amelita Armit, Presidente  
John Wood, Diretor de Programa

**Comissão Interamericana de Direitos Humanos**  
Mario López Garelli, Perito Principal

**Confederação Parlamentar das Américas (Secretariado do Quebec)**  
Christiane Bérubé, Assessora em Relações Interparlamentares e Internacionais

**Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**  
Michael Bedoya, Representante no Canadá

***International Food Policy Research Institute***  
Maximo Torero, Diretor de Divisão

***Migration Policy Institute***  
Demetrios Papademetriou, Presidente  
Aaron Terrazas, Analista de políticas associado

**Ministério de Assuntos Exteriores e Comércio Internacional do Canadá**  
Graeme Clark, Representante Permanente do Canadá junto à Organização dos Estados Americanos

**Ministério de Relações Exteriores da República do Chile**  
Javier Becker, Ministro Conselheiro, Embaixada da República do Chile no Canadá  
Fidel Coloma, Primeiro Secretário, Embaixada da República do Chile no Canadá  
Eugenio Luis Ortega Riquelme, Embaixador, Embaixada da República do Chile no Canadá

**Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil**  
Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Embaixador, Embaixada da República Federativa do Brasil no Canadá

**Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China**  
Yong Wang, Diretor Adjunto, Departamento para os Assuntos de América do Norte e Oceania  
Wenze You, Conselheiro, Embaixada da República Popular da China no Canadá

**Organização dos Estados Americanos**  
Adam Blackwell, Secretário de Relações Externas

José Miguel Insulza, Secretário Geral

**Organização Internacional das Migrações (Escritório para América do Norte e as Caraíbas)**  
Agueda Marin, Diretora de Programas

**Organização Mundial de Parlamentares contra a Corrupção (Secretariado Global)**  
Meaghan Campbell, Coordenadora  
Lola Giraldo, Agente de Programa  
Irina Koulatchenko, Secretária do Grupo de Trabalho sobre a Luta contra a Lavagem de Dinheiro

**Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Escritório Regional para América Latina e as Caraíbas)**  
Juan Carlos García Cebolla, Coordenador de Projeto

**Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde**  
Luis Gerardo Castellanos, Epidemiólogo

***Promontory Financial Group Canada***  
Sheryl Kennedy, Diretora-geral

#### **MEMBROS ACOMPANHANTES**

**Assembleia Nacional do Equador**  
Jorge Santiago Almeida Córdoba, Aide-de-camp  
César Augusto Andrade Orlando, Chefe de Protocolo e Relações Internacionais

**Câmara dos Deputados do Brasil**  
Adailton da Rocha Texeira, Assessor, Gabinete do Deputado Luiz Carlos Hauly

**Congresso Nacional do Chile**  
Sergio Pizarro Roberts, Secretário da Delegação

**Congresso Nacional Popular da República Popular da China**  
Dong Hou, Intérprete  
Wanmin Luo, Intérprete  
Fa Wu, Diretor  
Wei Xiong, Diretor do Escritório de Relações Exteriores

**Parlamento do Canadá**  
Leif-Erik Aune, Secretário da Delegação  
Marilee Campbell, Assistente, Gabinete da Senadora Raynell Andreychuk  
Juliana Cavallero, Assistente Administrativa  
Julie Cool, Analista



June Dewetering, Analista Principal  
Sandra Elgersma, Analista  
Jean-Denis Fréchette, Analista Principal  
Michael Holden, Analista  
Chad Mariage, Secretário de Associação

**Parlamento de Trinidad y Tobago**

Jacqueline Phillip-Stoute, Secretária Administrativa

**Senado do México**

Karla Mendoza Alcántara, Assessora, Gabinete do Senador Ricardo García Cervantes  
Pablo Serrano Vallejo, Secretário da Delegação

**SECRETARIADO TÉCNICO DO FIPA**

Cora Capurro, Encarregada de Comunicações e Relações Públicas  
Emmanuelle Pelletier, Secretária Executiva

\* \* \* \* \*



Participantes da Sexta Reunião Plenária do FIPA



## 8.2 Apêndice 2 – Programa e pauta da Sexta Reunião Plenária

FIPA/PA6/2009/PRG/p



### SEXTA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA)

OTTAWA, CANADÁ  
13 A 15 DE SETEMBRO DE 2009

#### PROGRAMA

#### PROSPERIDADE E COOPERAÇÃO: UMA NOVA AGENDA PARA AS AMÉRICAS

##### Sabado, 12 de setembro de 2009

	Chegada dos participantes Traslado do Aeroporto Internacional MacDonald-Cartier de Ottawa para o Hotel Fairmont Château Laurier
15h às 21h	Inscrição e distribuição dos documentos <i>Lobby do Hotel Fairmont Château Laurier</i>
18h	Coquetel para membros do Comitê Executivo do FIPA Executive Boardroom, Mezzanine Hotel Fairmont Château Laurier
18h50	Caminhada para o Centro de Conferências do Governo
19h às 20h30	Reunião dos membros do Comitê Executivo do FIPA <i>Sala Sussex, Centro de Conferências do Governo</i>

##### Domíngo, 13 de setembro de 2009

8h às 9h45	Continuação da inscrição <i>Lobby do Hotel Fairmont Château Laurier</i>
8h15	Caminhada para o Centro de Conferências do Governo
8h30 às 9h45	<b>REUNIÃO E CAFÉ-DA-MANHÃ DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS – SESSÃO 1</b> <i>Sala Sussex, Centro de Conferências do Governo</i>

	<p>Alocução de um palestrante convidado:</p> <p>Honorável Lynn Holowesko, Presidente do Senado da Commonwealth das Bahamas</p> <p>Todos os delegados são bem-vindos</p>
9h45	<p>Caminhada até a Colina do Parlamento do Centro de Conferências do Governo e do Hotel Fairmont Château Laurier</p>
10h às 10h40	<p><b>PRIMEIRA SESSÃO DA REUNIÃO PLENÁRIA</b> <i>Plenário do Senado, Bloco Central</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Adoção da agenda preliminar</li><li>– Eleição do presidente da Sexta Reunião Plenária</li><li>– Relatório anual do presidente do FIPA</li><li>– Formação dos grupos de trabalho</li><li>– Consideração de outros assuntos</li></ul>
10h40 às 11h10	<p>Alocução de um palestrante convidado:</p> <p>Sra. Sheryl Kennedy, Diretora-geral, Promontory Financial Group Canada e ex-Vice Governadora do Banco do Canadá</p> <p><i>Depois da crise: reforma econômica e financeira nas Américas</i></p> <p>Sessão de perguntas e respostas</p> <p><b>Fotografia oficial</b></p>
11h10 às 11h30	<p>Pausa <i>Hall do Senado</i></p>
11h30 às 12h00	<p><b>SESSÃO INAUGURAL DA REUNIÃO PLENÁRIA</b></p> <p><i>Prosperidade e cooperação: Uma Nova agenda para as Américas</i></p> <p>Palavras de boas-vindas de:</p> <p>Honorável Marjory LeBreton Líder do governo no Senado do Canadá</p> <p>Sr. Andrew Scheer, Deputado Vice-Presidente da Câmara dos Deputados do Canadá</p> <p>Alocações de:</p> <p>Sr. James Bezan, Deputado</p>



	Presidente da Seção Canadense do FIPA
	Exmo. Luiz Carlos Hauly Membro da Câmara dos Deputados do Brasil e Presidente do FIPA
12h às 12h20	Discurso-tema: Exmo. José Miguel Insulza Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos
12h30 às 14h30	Almoço anfitriões: Honorável Marjory LeBreton Líder do governo no Senado do Canadá e Sr. Andrew Scheer, Deputado Vice-Presidente da Câmara dos Deputados do Canadá <i>Sala 274-F, Salão do Presidente do Senado, Bloco Central</i>  Caminhada para o Centro de Conferências do Governo
15h às 18h	<b>SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO</b> <i>Centro de Conferências do Governo</i>  Apresentações por especialistas e início das discussões  <b>-Grupo 1 – Crise Econômica e Financeira</b> <b>-Grupo 2 – Segurança Alimentar</b> <b>-Grupo 3 – Migrações Internacionais e Direitos Humanos</b>
18h30	Encontro dos participantes no lobby do hotel
18h40	Partida de ônibus para o Cais do Parque Jacques-Cartier, Gatineau
19h às 21h30	Recepção e jantar anfitrião: Exmo. senhor Luiz Carlos Hauly Membro da Câmara dos Deputados do Brasil e Presidente do FIPA e Exmo. Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto Embaixador da República Federativa do Brasil <i>A bordo do Ottawa Empress, rio Ottawa</i>  Partida para o Hotel Fairmont Château Laurier
<b>Segunda-feira, 14 de setembro de 2009</b>	
8h15	Caminhada até o Centro de Conferências do Governo
8h30 às 9h45	<b>REUNIÃO E CAFÉ-DA-MANHÃ DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS</b> Todos os delegados são bem-vindos

*Sala Sussex, Centro de Conferências do Governo*

10h às 13h

**SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO**

Continuação das discussões  
Preparação das recomendações

- Grupo 1 – *Crise Econômica e Financeira*
- Grupo 2 – *Segurança Alimentar*
- Grupo 3 – *Migrações Internacionais e Direitos Humanos*

*Caminhada para o Hotel Fairmont Château Laurier*

13h às 14h45

Almoço anfitrião: Sr. James Bezan, Deputado  
Presidente da Seção Canadense do FIPA  
*Sala Laurier, Hotel Fairmont Château Laurier*

Caminhada até o Centro de Conferências do Governo

15h às 18h

**SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO**

Finalização e aprovação das recomendações  
para apresentação à Plenária

18h45

Partida do hotel de ônibus para o Lester B. Pearson Building

19h às 20h30

Recepção e jantar anfitrião: o Honorável Peter Kent, Deputado  
Ministro de Estado dos Assuntos Exteriores (Américas) do Canadá  
*9º andar, torre A, Lester B. Pearson Building  
125 Sussex Drive*

Partida para o Hotel Fairmont Château Laurier

**Terça-feira, 15 de setembro de 2009**

8h50

Caminhada até a Colina do Parlamento

9h15 às 10h

Apresentação especial sobre a Gripe A (H1N1) por:

Doutor Luis Gerardo Castellanos, Epidemiologista  
México-E.U.A. Borda Campo Escritório  
Organização Mundial da Saúde / Organização Panamericana da Saúde  
*Sala 237-C, Bloco Central*

10h às 12h

**SEGUNDA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA**

- Apresentação e consideração das recomendações dos grupos de trabalho
- outros projetos de resoluções/recomendações
- Eleição do novo Comitê Executivo
- Eleição do novo presidente



- Escolha do país-sede para a próxima reunião plenária
- Sessão de encerramento

12h30 às 13h30

Reunião almoço do novo Comitê Executivo do FIPA  
Sala 601, Sala de Jantar do Parlamento, Bloco Central

### 8.3 Apêndice 3 – Relatório Anual do Presidente do FIPA, o Excelentíssimo Luiz Carlos Hauly, Membro da Câmara dos Deputados do Brasil

*Original: francês - português*

É para mim realmente um orgulho poder compartilhar com vocês os resultados desse ano que termina para o Fórum Interparlamentar das Américas. De fato, conseguimos tornar concretos aqueles projetos de longa duração, que traduzem bem a orientação que eu quis dar à minha presidência.

#### **Diálogo Parlamentar Extraordinário**

Um dos acontecimentos mais importantes, que com certeza vai marcar esse ano de 2009, foi a celebração da Quinta Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, no mês de abril. Pela primeira vez, e graças ao trabalho do Parlamento de Trinidad e Tobago e do FIPA, realizou-se um evento parlamentar de envergadura na véspera de uma Cúpula.

Participaram desse encontro, além dos parlamentares de vários países do continente e do secretário geral da OEA, representantes de vários governos, dentre eles os ministros das Relações Exteriores de Trinidad e Tobago, Barbados e de São Vicente e Granadinas, que aceitaram debater sobre o papel dos parlamentos de forma honesta e aberta. Fiquei realmente impressionado pela qualidade dos intercâmbios, e das propostas que resultaram desse diálogo, pois nele destacou-se, claramente, a importância de uma participação mais intensa dos Parlamentos nos processos das cúpulas das Américas, fato que favoreceria a transparência do processo e a responsabilidade dos governos perante os compromissos assumidos.

O sucesso desse encontro demonstrou ainda que os esforços feitos pelo Comitê Executivo do FIPA, para que por intermédio de diferentes mecanismos os parlamentos pudessem ser representados nos principais foros interamericanos, deram seus frutos. A Secretaria da OEA e o Comitê Executivo do FIPA, por sua parte, concordaram em assinar um acordo de cooperação para favorecer uma colaboração crescente em diferentes domínios de interesse comum.

#### **Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas**

Em segundo lugar, gostaria de salientar o trabalho efetuado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, sob a liderança da senadora Cecilia López da Colômbia. Em novembro de 2008, em Bogotá, organizou-se um importante congresso do Grupo de Mulheres, cujo tema era “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”.

Segundo meu ponto de vista, esse encontro foi importante por duas razões. Por um lado, refletiu a grande diversidade que caracteriza os povos das Américas, já que pudemos contar com a presença tanto de homens quanto de mulheres parlamentares, além de vários parlamentares provenientes dos povos

nativos das Américas e de vários representantes das organizações da sociedade civil, tanto que as recomendações adotadas refletem claramente essa diversidade.

Por outro lado, tratava-se de um dos primeiros encontros parlamentares da região a ser celebrado após o estouro da crise econômica. Decidimos, então, falar sobre as consequências da crise – a das mulheres em particular. O curioso foi que, além de tratarem o tema da crise, os debates também trouxeram consigo a esperança de renovação e de mudanças.

Gostaria de mencionar ainda que uma delegação do Grupo de Mulheres Parlamentares, dirigido pela deputada Maria Estela de la Cruz, participou na formação oferecida pelo Centro Parlamentar do Canadá e pela MINUSTAH, para compartilhar suas experiências da vida política e das campanhas eleitorais com as candidatas para as eleições de 2009-2010, no Haiti. Isso demonstrou, uma vez mais, os esforços concretos do FIPA para aperfeiçoar ainda mais a representação das mulheres em nossos Parlamentos.

### **Programa de Formação para Parlamentares**

Em terceiro lugar, gostaria de salientar a realização de uma oficina regional de formação em comércio, cujo tema fazia referência não só à Rodada de Doha, mas também aos desafios em matéria de desenvolvimento. Organizada juntamente pela Assembléia Legislativa da Costa Rica, pela Organização Mundial do Comércio e pelo FIPA, essa oficina reuniu, durante três intensos dias de formação, os parlamentares da América Central e da América do Sul, além de especialistas em comércio internacional.

Além de tudo isso, tenho o prazer de anunciar também que o Senado do México se ofereceu para ser o anfitrião da nossa próxima formação em matéria de comércio que terá lugar em 2010.

Podemos dizer, então, que o FIPA tem hoje um verdadeiro programa de formação para parlamentares, que irá, aos poucos, ampliando-se até outros domínios.

### **Comitê Executivo e Relações Interinstitucionais**

Em um plano totalmente diferente, gostaria de informar-lhes sobre os trabalhos realizados pelo grupo de trabalho conjunto entre o FIPA e a Confederação Parlamentar das Américas. O grupo, que se formou em resposta à uma resolução da Assembléia Plenária do FIPA e à Assembléia da COPA, em 2006, constituiu-se dos representantes do Comitê Executivo de cada uma das organizações. Nesse grupo, que se reuniu pela primeira vez na cidade de Quebec, em outubro de 2007, sentaram-se as bases de um plano de trabalho com vistas à possível integração de nossos dois organismos.

Por uma série de diferentes motivos, houve um atraso no progresso dos trabalhos, mas temos a esperança de poder retomar os debates logo depois dessa assembléia e da assembléia geral da COPA, que está acontecendo na Argentina nesses dias.

### **Reforço institucional e situação financeira do FIPA**

Para terminar, gostaria de falar sobre nossos progressos no plano institucional:

Primeiro foi criada uma seção nacional do FIPA, no Brasil e, a seguir, um Grupo de Amizade FIPA-República Dominicana, também considerado por nós como uma seção.

Faço questão de lembrar-lhes que incentivamos todos os parlamentos aqui presentes para que instituíam estruturas similares em seu próprio parlamento, garantindo assim a presença contínua de seu país no seio do FIPA, apesar das mudanças que, de uma eleição para a outra, vão surgindo nas administrações de nossos parlamentos.



No plano financeiro, o montante das contribuições que os países membros pagam ao FIPA duplicou a partir da última Assembléia Plenária, realizada em novembro de 2006. Lembro a todos que o sistema de contribuições do FIPA foi instaurado em 2004 para dotar o Fórum de um financiamento estável. Sendo assim, aconselho a todas e a cada uma das delegações aqui presentes que se dirijam à Secretaria para verificar se estão em dia com suas contribuições.

Com o objetivo de pôr em marcha projetos especiais, também recebemos contribuições financeiras das seguintes organizações: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Scotiabank; General Motors Corporation; Ministério das Relações Exteriores e do Comércio Internacional do Canadá, e; Organização Mundial do Comércio.

Apresentamos, além disso, um pedido de financiamento à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, o qual foi aprovado faz alguns dias e deve ser assinado em breve, assim esperamos. Segundo o relatório do presidente da Seção Canadense, James Bezan, ele já foi reservado. Somos muito gratos pelos esforços feitos para aprovar esse projeto que cobrirá os próximos cinco anos.

Este apoio é muito importante porque quase todos os nossos parlamentos têm de enfrentar restrições financeiras, sendo que os orçamentos reservados às atividades internacionais são, em geral, os primeiros a serem cortados.

Gostaria de lembrar-lhes, no entanto, que a falta de financiamento não deveria se transformar em um obstáculo para o prosseguimento do mandato do FIPA, pois dispomos também de meios de intercâmbio praticamente grátis, como o blogue do FIPA, o boletim trimestral ParlAmericas e outras ferramentas virtuais de comunicação que nos dão a constante possibilidade de aprofundar as relações entre nossos parlamentos.

Concluo esse relato salientando igualmente que essas realizações não poderiam ter-se concretizado sem o apoio dos meus colegas membros do Comitê Executivo. O Comitê Executivo reuniu-se em três oportunidades: em dezembro último, em Miami; em junho em Washington D.C., onde fomos gentilmente recebidos pelo senador Gregory Meeks, nosso colega dos Estados Unidos e, ontem, aqui mesmo em Ottawa.

Meu cordial agradecimento a todos, assim como também ao conjunto dos parlamentos membros do FIPA. Resta-me desejar apenas que possamos continuar realizando grandes feitos juntos.

Muito obrigado.

#### 8.4 Apêndice 4 – Apresentação especial pela palestrante convidada Sheryl Kennedy, Diretora Geral do *Promontory Financial Group Canada*: Depois da Crise – Reforma Econômica e Financeira nas Américas

*Original: Inglês*

É um grande prazer para mim estar aqui com vocês hoje.

Tenho a honra de ter sido convidada pelo Fórum Interparlamentar das Américas por ocasião desta reunião que trata de uma nova agenda para a prosperidade cooperação nas Américas. É um privilégio particular para mim me dirigir a vocês nessa magnífica Câmara do Senado, um lugar muito importante –

um lugar no qual temos a ocasião de pensar uma segunda vez com sobriedade e com intensa consideração sobre iniciativas legislativas e parlamentares no Canadá.

Já faz um ano que o banco de investimento Lehman Brothers abriu falência. Faz pouco mais de dois anos que o BNP Paribas na França indicou que não poderiam avaliar três de seus fundos que continham produtos estruturados. Alguns poderiam dizer que são dois pequenos eventos, mas não são. Eu vivi e trabalhei debaixo de uma tempestade financeira que provocou esses e outros eventos conexos com consequências devastadoras e sem precedentes.

Muitos de nós somos provenientes de países nos quais os sistemas financeiros atravessaram a crise bastante bem. A força de nosso sistema de supervisão ficou evidente. Ainda assim, nossos resultados não foram poupados. Aqui, no Canadá, onde o Fórum Econômico Mundial declarou que tínhamos o sistema bancário mais sólido do mundo, um terço do nosso mercado de títulos comerciais vinculados a ativos foi bloqueado em 2007 e várias instituições

Foto: HOC-CDC



A sra. Sheryl Kennedy fala sobre reforma financeira

financeiras enfrentam perdas significativas, apesar de que nada disso ameaça sua sobrevivência ou exige investimento público direto.

Estive no México no mês passado e no Brasil na semana passada e falava-se lá das dificuldades de certos aspectos daqueles mercados e de certas instituições. Tomei café com um amigo meu que trabalha no setor financeiro São Paulo. Ele lançou mão de uma analogia para me explicar por que o Brasil se saiu tão bem. A história contava o caso de uma festa que estava indo muito bem e onde todo mundo estava ficando bêbado. O Brasil que sempre festejou muito, e que na realidade estava sempre um pouco bêbado, estava ocupado limpando a casa depois da última festa e por isso chegou tarde. Logo, a festa ficou fora de controle e alguém chamou a polícia. A maioria foi para a cadeia, mas o Brasil não foi porque a polícia percebeu que eles não estavam bêbados. Se a polícia tivesse chegado horas mais tarde, o Brasil teria estado tão bêbado quanto os outros e teria sido preso também.

Essa analogia imediatamente fez eco na minha cabeça. Fiz observações similares publicamente sobre a situação do mercado imobiliário canadense. Existem inúmeras boas razões pelas quais não enfrentamos a mesma bolha imobiliária aqui no Canadá do que nos Estados Unidos. Há coisas a serem aprendidas desse exemplo, mas isso não quer dizer que algumas práticas não recomendáveis não existam em nossos mercados. Poderíamos estar em pior situação se tivéssemos tido mais tempo para festejar antes da crise.

Comparado à erradicação da pobreza, migração humana e criação de emprego – para citar algumas das questões que, tenho certeza, vocês irão tratar nos seus grupos de trabalho nos próximos dias – muitos de vocês - especialmente os que chegaram tarde à festa ou que não sabiam que havia uma festa e que portando perderam a festa toda – podem não pensar que a promoção mundial de sistemas financeiros sólidos e o desenvolvimento de mercado financeiro local sejam uma grande prioridade. Mesmo que pensem que é importante, vocês podem considerar que é melhor deixar os especialistas cuidarem disso e que não é uma questão parlamentar.



Entretanto, a extraordinária crise financeira e econômica que estamos atravessando nos últimos dois anos colocou o foco sobre a reforma financeira. O alcance mundial, a rapidez e longevidade da crise foram um choque. O fardo econômico e o sofrimento humano provocados pela crise foram de partir o coração. Foi mais difícil ainda chegar ao final de um período prolongado de expansão econômica mundial que foi de fato liderado pelos países em desenvolvimento. Foi um período durante o qual parecia que tínhamos finalmente encontrado a fórmula certa para a prosperidade econômica.

Portanto, hoje, alguns de nós devem se sentir um pouco sem rumo, já que a crise levantou questões a respeito do modelo de crescimento econômico baseado no mercado que sustentou a expansão mundial. Outros, que não aceitaram esse modelo de crescimento devem agora estar certos que ele estava totalmente errado.

Eu não estou em nenhum dos dois lados. Acredito que muitos dos erros estavam mais vinculados à execução do que na estrutura verdadeira do crescimento e da prosperidade. Por esse motivo, penso que para avançar e que as prioridades para agir são bastante claras, ainda que incrivelmente complexas.

Na esfera financeira, será preciso algum tempo assim como análise e deliberação cuidadosa para examinar todos os detalhes e fortalecer as instituições necessárias para fazer um melhor trabalho de supervisão, vigilância e combater excessos e ganância. Na esfera econômica, modelos de desenvolvimento baseados exclusivamente no crescimento conduzido pelas exportações ou substituição de importações às custas dos consumidores e do crescimento da demanda interna também precisam ser reconsiderados. Nas duas esferas, é preciso reduzir a alavancagem excessiva e o consumo insustentável de financiamento por endividamento.

Na minha opinião, é imperativo tratar de todas essas questões e especialmente não deixar que os primeiros sinais de recuperação e melhoria da confiança mundial na economia nos leve à complacência. Primeiramente, precisamos entender como chegamos a todo esse sofrimento e determinar então o que deve ser feito para evitar que isso aconteça outra vez.

A maioria considera que as nossas dificuldades econômicas atuais foram provocadas pela crise financeira iniciada nos Estados Unidos e na Europa. Ela ocorreu devido colapso do crescimento e alavancagem excessivos do crédito. Aprendemos mais uma vez que não podemos continuar a encher a bolha indefinidamente. Houve também insuficiente supervisão, governança corporativa e gestão de riscos inadequadas e, claro, ganância.

Entretanto, ela não começou lá de fato. Os crescentes desequilíbrios mundiais é que formaram a base da crise financeira. Havia muito consumo de financiamento por endividamento e poupança inadequada nas economias industrializadas e pouca demanda interna e um formidável crescimento da poupança em muitas economias emergentes.

Também não terminou lá e por isso é ainda mais perturbador. A crise financeira destruiu a riqueza e reduziu de forma drástica a disponibilidade do crédito no mundo industrializado, o que restringiu a atividade econômica. Isso, por sua vez, reduziu a demanda global para exportações, que foi, em grande parte, o motor do crescimento das economias emergentes nos últimos 10 anos. A crise financeira também abalou a confiança do consumidor, do comércio e do investidor.

Foi quando tivemos uma súbita queda mundial. A economia mundial parou no último trimestre do ano passado. Ninguém sabia o que estava ocorrendo e como íamos sair dessa confusão.

Os preços altos de produtos básicos e a política monetária - que estava combatendo as forças inflacionárias que ocorrem inevitavelmente num ambiente de bolha – também contribuíram para a gravidade da recessão mundial.

Como essa crise financeira foi muito intensa nos países desenvolvidos e muitos desses países tiveram que intervir para apoiar seus sistemas financeiros, eles claramente se sentiram compelidos a reconsiderar suas regulamentações e a maneira como são aplicadas. Entretanto, os países no resto do mundo não ficaram de fora. Eles sofreram um impacto indireto da crise financeira, com custos mais altos para os empréstimos, vontade reduzida dos investidores – que não queriam investir a qualquer preço - e mudanças no comportamento de instituições estrangeiras operando em suas jurisdições.

Além disso, muitos países tinham que enfrentar sérias dificuldades isoladas. Firmas ou segmentos de seu mercado foram atingidas pelo envolvimento em produtos derivados complexos ou produtos estruturados nos quais os riscos não foram bem entendidos e voltaram para casa para cantar de galo.

Existe um velho ditado nos círculos de formulações políticas: não deixe uma boa crise ir para o lixo. Só porque muitos de nossos países não foram tão afetados com outros no centro da crise não significa que não devamos também considerar e agir para melhorar as nossas estruturas regulatórias. Por exemplo, o G20, um grupo que foi defendido pelo ministro das Finanças canadense Paul Martin há uma década, cresceu de fato nessa crise enquanto fórum no qual trabalhar as questões mundiais econômicas e financeiras, refletindo esse reconhecimento que há tempos nos quais todos temos interesse em cooperar, pensar em soluções e tomar medidas concertadas. Essa é uma dessas épocas.

Contra o colapso do ciclo comercial, que afetou a maioria dos países do mundo diretamente e ao qual ninguém estava imune, o foco internacional foi tratar a crise por meio de política fiscal e monetária expansionista. Igualmente importantes são as etapas cumpridas para evitar o protecionismo comercial e ir além num esforço de revitalizar a Rodada de Doha de conversações comerciais multilaterais para aumentar o livre comércio em áreas tais como serviços, onde ainda há sérias restrições protecionistas em todo o mundo.

Atualmente, é em geral reconhecido que o comércio contribui de forma positiva para o crescimento e o bem-estar de um país. É verdade, a globalização carrega o risco consigo o risco de ser infectado por problemas de outros países, mas também contribui para a prosperidade econômica e não pode ocorrer sem uma reversão dramática a longo prazo no padrão de vida das pessoas. Foram restrições comerciais debilitantes que pioraram a Grande Depressão dos anos 30 e uma nova crise dessas é algo que se tem que evitar a qualquer preço.

Se um dos seus objetivos é erradicar a pobreza e redistribuir a riqueza aos mais necessitados, antes de tudo é preciso criar riqueza de forma contínua e sustentável. O comércio ajuda muito desse ponto de vista, mas além de facilitar esse processo, o que mais os parlamentares podem fazer? Eu sugeriria quatro medidas.

A primeira é garantir que se tenha uma estrutura fiscal e monetária sólida. Isso é necessário para ter o equilíbrio certo na economia entre a demanda interna e o crescimento baseado na exportação e garantir que não haja dependência demais entre uns e outros.

A segunda é apoiar o fornecimento de bens públicos que são essenciais ao crescimento, tais como educação e infraestrutura, garantindo que a atividade econômica respeita o meio-ambiente e que a população goza de boa saúde.



A terceira é reconhecer que há mérito em promover todas as coisas com moderação. As bolhas terminam em lágrimas. Não se pode enchê-las para sempre.

A quarta é ter um sistema financeiro eficiente e seguro que pode intermediar de forma justa, que pode distribuir o crédito de forma inteligente e fornecer serviços de redução de risco que funcionem de fato.

Examinando as nossas regiões nas Américas, os países que se mostraram os mais resistentes não foram aqueles que não estavam integrados na economia mundial. Eles desenvolveram ativamente mercados com a moeda local, mas também têm políticas sólidas de supervisão do setor monetário e financeiro. Isso não quer dizer que eles evitaram um golpe negativo sério nas suas economias, mas eles evitaram uma crise financeira de grandes proporções que teria exacerbado o declínio de suas atividades comerciais e causado problemas de solvência nos seus próprios sistemas bancários e financeiros.

Quando viajei pelas regiões nos últimos meses, observei que as economias estão sofrendo, mas o sentimento de caos vinculado à crise que senti em outras ocasiões quando estive nas regiões no decorrer das duas últimas décadas estava ausente, criando uma base relativamente estável para tratar das verdadeiras questões econômicas.

A maioria dos países nas Américas enfrenta inúmeros desafios na questão do desenvolvimento: educação, formação e necessidades de desenvolvimento social e preocupações de segurança pessoal, por exemplo. Nesse contexto, apoiar o desenvolvimento do mercado financeiro e iniciativas de globalização podem estar no final da lista de prioridades para a atenção parlamentar e pode parecer que se está cuidando das elites às custas de desafios mais importantes. Entretanto, a crise nos mostrou que isso pode ser uma maneira de pensar estreita e a curto prazo. Na realidade, num mundo altamente integrado com muitas oportunidades para inovação e crescimento, o desenvolvimento seguro e eficiente de mercados financeiros que facilitam a circulação entre fronteiras é uma condição necessária para tratar eficazmente muitos outros desafios de desenvolvimento econômico. É uma etapa importante para ajudar a garantir que um país não ande de crise em crise e que mantenha, tanto quanto possível, um canal aberto para continuar a financiar uma agenda fiscal razoável e apoiar um investimento econômico e social.

Talvez o desenvolvimento do mercado financeiro deva ser redefinido e remodelado como questão popular, pois os cidadãos comuns são os que mais sofrem com as crises econômicas e financeiras, enquanto muitas das elites financeiras – mesmo que algumas terminem na cadeia – parecem continuar aproveitando das oportunidades oferecidas pelos mercados subdesenvolvidos que cobram preços inadequados em outros lugares.

No centro da reforma da estrutura financeira, é preciso focalizar a integridade. Como vimos tão claramente nos últimos dois anos, um sistema financeiro não pode funcionar com confiança na integridade do sistema, na firmeza das contrapartidas, no povo com o qual se trabalha e no tratamento justo de todos os investidores, grandes e pequenos. Para conseguir isso, não somente é preciso entender claramente as regras do jogo e garantir que as mesmas não sejam alteradas e que sejam aplicadas a todos, mas também ter informações transparentes e um processo de descoberta do preço justo para que os participantes acreditem que não haverá desvantagem, que eles estarão pagando o mesmo que o vizinho e são incentivados a participar.

Há também outro ditado: a liquidez fomenta liquidez. O que aprendemos quando tudo enguiçou há um ano é que a falta de liquidez significa nenhuma liquidez. São os dois extremos.

Regras claras não são suficientes. A confiança só pode ser conseguida e mantida se houver uma aplicação competente e rigorosa das regras. Os incentivos do sistema financeiro, e em assuntos financeiros de forma mais geral, devem ser alinhados de forma adequada. Aqui, não devemos superestimar a habilidade dos investidores individuais e poupança de fazer tudo com a devida e necessária diligência.

Claro que eles devem fazer isso, mas quando não há transparência suficiente, conhecimento financeiro inadequado e um sistema de regulação baseado exclusivamente em “meu pai” ou “minha irmã” sabe, compreende e toma decisões no mercado, isso não vai dar certo.

Na minha opinião, o primeiro enfoque deveria ser uma melhor governança com diretorias mais independentes, que assumam a responsabilidade pela gestão do risco na firma e pela representação justa da posição financeira da firma e garantam que incentivos como o regime de compensação estejam adequadamente alinhados com os interesses de todos os participantes.

Em nível nacional e mundial, os bancos centrais, junto com as autoridades financeiras e os reguladores, também precisam ser capazes de monitorar o risco sistêmico – não só os incentivos dentro da firma e também de interagir com a economia e a sociedade – e tomar medidas para prevenir sua formação ou aconselhar outros que têm autoridade para tomar as medidas necessárias para prevenir sua formação e não ficar esperando e fazer a faxina depois da crise.

Também é preciso ter um bom panorama regulatório das instituições financeiras, com um supervisor profissional. Novas medidas para o capital e outras técnicas para minimizar riscos são necessárias para servirem de apoio durante períodos de entusiasmo e pessimismo excessivos durante o ciclo econômico e financeiro. Precisamos ter um supervisor que tenha poderes – e isso, penso eu, não existe em muitos países da região – que permitam medidas de intervenção para cuidar de instituições com problemas e que tenham habilidade sistêmica de fechar instituições importantes no fim de semana, enquanto ainda tem dinheiro no banco, na seguradora ou com o corretor de valores e, portanto, os clientes podem retirar seu dinheiro. Colégios internacionais de supervisores devem partilhar informações suficientes e agir de forma combinada junto às companhias financeiras que operam em vários países.

O último elemento é que precisamos de participantes locais, tais como fundos de pensão, com pontos de vista diferentes, para formar o núcleo da base de investimento local. Entretanto, ao mesmo tempo, precisamos de suficiente concorrência de investidores internacionais para criar estruturas de controle e ajuste no sistema local. Para fazer isso, precisamos de sistemas de investimento, impostos, qualificação para agir nos efeitos secundários e uma infraestrutura de pagamento conectada internacionalmente. Essas são todas considerações importantes.

Isso parece ser uma lista extensa de exigências, mas na realidade é só a estrutura. Os especialistas técnicos ainda têm muito o que fazer para elaborar os detalhes. É importante elaborar os detalhes e fazer a coisa certa em vez de criar medidas pontuais por reflexo que se revelarão mais tarde não ser sólidas o suficiente. Também há muito trabalho necessário em termos de construir e melhorar as instituições, reduzir a fragmentação regulatória e aumentar a cooperação nesse setor para implementar o conjunto de forma adequada.

Eu me apresso em acrescentar que é importante não reagir de forma excessiva na agenda da reforma regulatória. É preciso que os legisladores tenham muito discernimento e coragem para encontrar o equilíbrio certo quando estão fazendo a faxina depois da crise, particularmente quando o público quer simplesmente penalizar os artesãos do desastre.

Claramente, é preciso uma reforma para restabelecer a confiança na indústria financeira, mas ao considerar o aumento das medidas sobre o capital e as novas medidas de compensação, a viabilidade a longo prazo da indústria deve também estar na linha de frente da nossa análise se quisermos que as companhias financeiras continuem a apoiar a atividade econômica e o progresso social.

O elemento mais motivador para mim a respeito dessa agenda de reforma é que apesar de estar voltado para as falhas que descobrimos no sistema financeiro, tratar dessas questões pode trazer benefícios significativos para a atividade econômica e para a sociedade em geral. As políticas relativas ao imposto sobre o investimento e falência — as medidas de bloqueio que mencionei — necessárias para promover a estabilidade do sistema financeiro e o desenvolvimento de sistemas financeiros locais podem também sugerir novos enfoques para a regulação do setor que pode por sua vez fomentar o crescimento econômico. Enfocar a integridade e o respeito das leis no sistema financeiro também pode ter consequências importantes na sociedade fortalecendo a confiança das pessoas nas leis e a vontade de fazer investimentos e negócios.

Mais importante ainda, entretanto, será a capacidade de empurrar a crise financeira e o contágio mundial para trás para que tenhamos energia para as prioridades fundamentais, ou seja, garantir a dignidade humana, a segurança pessoal, a erradicação da pobreza, a confiança de que não será varrida por alguma calamidade financeira imprevista com sérias consequências econômicas e sociais, pelo menos não no futuro próximo, se formos bem sucedidos.

Obrigada.

## 8.5 Apêndice 5 – Discursos feitos na Cerimônia Inaugural

### 8.5.1 *Discurso da Líder do Governo no Senado do Canadá, a Excelentíssima Marjory LeBreton*

*Original: inglês*

Foto: HOC-CDC

Excelentíssimo José Miguel Insulza, Secretário Geral da OAS; Excelentíssimo Peter Kent, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Canadá (Américas); Sr. Luiz Carlos Hauly, Presidente do FIPA; Vice-presidente da Câmara dos Comuns, Andrew Scheer; Embaixadores e Alto Comissários; Excelentíssimo Parlamentares; Distintos Convidados; Senhoras e Senhores,

Em nome dos meus colegas do Senado do Canadá, tenho o privilégio enquanto líder do governo no Senado do Canadá de lhes dar as boas-vindas à Sexta Reunião Plenária do Fórum Parlamentar das Américas na nossa Câmara do Senado.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o Comitê Executivo do FIPA e o presidente da Sessão Canadense do FIPA, o sr. James Bezan, pelo trabalho que realizaram no preparo do programa denso para os dois dias de reuniões em Ottawa. Sem o seu engajamento ao importante trabalho do FIPA, não teria sido possível realizar esse evento.



Senadora Marjory LeBreton,  
Líder do Governo no Senado

Desde a Assembleia Inaugural em 2001, sediada aqui mesmo em Ottawa, o papel do FIPA nas Américas cresceu de forma considerável. Aquela primeira assembleia plenária contou com a presença de 25 países; hoje, o FIPA inclui as legislaturas nacionais de 35 estados das Américas. É a única associação parlamentar com enfoque no estado para legislaturas nacionais que inclui todos os estados das Américas. Este é um feito significativo do qual todos os membros deveriam orgulhar-se.

É uma organização única não somente por causa do seu tamanho, mas também por causa do seu impacto. Desde a sua criação, o FIPA trabalhou para promover a cooperação parlamentar em todas as Américas e iniciou o diálogo sobre importantes questões hemisféricas.

Com seus grupos de trabalho permanentes, os membros discutiram questões que iam do papel das mulheres no parlamento ao papel dos legisladores no que tange à melhoria da segurança hemisférica e o desenvolvimento econômico. Além disso, os membros do FIPA têm sido práticos ao incentivar a partilha de melhores práticas entre os parlamentares da região e ao fortalecer o papel das legislaturas no processo do desenvolvimento democrático.

Há realizações significativas que não teriam sido possíveis sem o trabalho determinado dos mais importantes participantes do FIPA: os senhores, os parlamentares. Os senhores reconhecem que essa organização têm um papel vital a desempenhar quando se trata de elaborar a agenda política nas Américas. Isso inclui fazer recomendações aos seus governos respectivos sobre como tratar os desafios internos e regionais assim como dar idéias sobre como capitalizar melhor sobre futuras oportunidades.

Os senhores também reconhecem que o FIPA desempenha seu melhor papel quando os parlamentares colaboram para tratar dos difíceis desafios do momento. Quando os membros se reúnem, eles reconhecem que todos os países membros enfrentam problemas similares. Ao compararmos como esses problemas são tratados, podemos aprender como adequar melhor as nossas respostas; ao nos encontrarmos pessoalmente, aprendemos a compreender melhor os nossos pontos de vista respectivos.

Aprendermos uns dos outros é ainda mais importante considerando os desafios econômicos e financeiros que muitos países enfrentaram no ano passado. Foram tempos difíceis para muitos países das Américas, com um aumento significativo do desemprego em toda a região.

Entretanto, em meio à crise econômica, há também histórias de sucesso e essa assembleia plenária oferece uma oportunidade de conhecermos esses sucessos. Ao longo dessas reuniões, estou convencida de que poderemos identificar soluções aos desafios econômicos enfrentados. Ao trabalharmos juntos, poderemos vencer não somente os desafios de hoje, mas também os de amanhã.

Finalmente, vou lhes desejar novamente as boas-vindas em Ottawa e desejar-lhes boa sorte nas deliberações. Obrigada.

### 8.5.2 *Discurso do Vice-Presidente da Câmara dos Comuns do Canadá, deputado Andrew Scheer*

*Original: inglês - francês*

Foto: HOC-CDC



Deputado Andrew Scheer, Vice-presidente da Câmara dos Comuns

Excelentíssimos Parlamentares, Distintos Convidados, Senhoras e Senhores,

Bom dia e bem-vindos à Sexta Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas. Em nome dos meus colegas canadenses, eu gostaria de desejar a todos boas-vindas à capital do Canadá.

Vou começar agradecendo minha colega, a excelentíssima senadora LeBreton, pelas suas observações. Eu também gostaria de agradecer todos os organizadores e participantes desta reunião plenária. Meus colegas e eu somos gratos por todo o trabalho que fizeram para preparar esta conferência.

Eu também gostaria de transmitir a apreciação e melhores votos do presidente da Câmara dos Comuns, o excelentíssimo Peter Milliken. O presidente Milliken infelizmente não poderá estar presente hoje, mas gostaria de dar boas-vindas a todos os participantes do FIPA.

Apropriadamente, estamos nos reunindo hoje na Câmara do Senado do Canadá. Neste lugar, muitas das questões mais importantes do país são debatidas e os senadores canadenses trabalham para enfocar questões locais, nacionais e internacionais.

Portanto, é adequado inaugurar a Sexta Reunião Plenária do FIPA nesta Câmara. Enquanto organização formada por parlamentares o FIPA apoia o papel que as legislaturas desempenham na promoção de desenvolvimento democrático e na cooperação contínua nas Américas. Por meio de suas reuniões plenárias e grupos de trabalho permanentes, o FIPA desempenhou – e sem dúvida, continuará desempenhando – um papel crucial ao facilitar o intercâmbio de informações entre parlamentares das Américas.

Nas assembleias plenárias anteriores, o FIPA discutiu importantes questões tais como desenvolvimento social, reformas fiscais e terrorismo e segurança. O FIPA tem demonstrado liderança ao focalizar temas como pobreza e desigualdade nas Américas e ao fornecer soluções sobre como esses problemas podem ser tratados. Essas questões são importantes e o FIPA merece crédito para a sua boa vontade em enfrentar esses desafios.

Durante essa assembleia plenária, o FIPA escolheu novamente tratar de temas que representam desafios nas sessões dos grupos de trabalho. Os participantes focarão três itens: a crise econômica e financeira; a segurança alimentar; as migrações e direitos humanos. Essas questões representam desafios e também são temas de crucial importância para nosso hemisfério. Como a senadora LeBreton disse: “foi um ano difícil para muitos países do ponto de vista econômico e essas sessões são uma oportunidade de trabalhar juntos para encontrar soluções para desafios comuns”.

Simultaneamente aos três grupos de trabalho, o Grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA se reunirá com os participantes para tratar a questão da igualdade de gênero nas Américas. O FIPA se interessa há muito tempo pela questão da igualdade de gênero e trabalhou com afinco para fortalecer a liderança das mulheres políticas em todo o hemisfério. Esse é um objetivo importante e estou satisfeito de ver que o Grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA discutirão suas experiências durante esta assembleia plenária.

Essa assembleia permite a parlamentares de todo o hemisfério discutir essas e outras questões no âmbito de um fórum. Intercâmbios parlamentares como esse podem nos ajudar a compreender melhor nossas semelhanças e diferenças e nos ajudar a trabalhar para as metas de benefício mútuo.

Intercâmbios parlamentares também apresentam uma oportunidade de aprender uns dos outros. Ao trabalhar juntos nesta assembleia plenária, minha esperança é que o FIPA se torne mais forte enquanto organização e esteja em melhor posição de enfrentar futuros desafios.

Para encerrar, agradecerei a todos uma vez mais pela sua presença na Sexta Reunião Plenária do FIPA. Embora as comunicações eletrônicas permitam que os parlamentares se comuniquem instantaneamente a distância, nada é comparável aos relacionamentos que se constroem por ocasião de encontros pessoais. Sei que todos vocês estão ansiosos por construir esses relacionamentos nos próximos dias.

Obrigado.

### *8.5.3 Discurso do Presidente da Reunião Plenária, Deputado James Bezan, Canadá*

*Original: inglês*

Foto: HOC-CDC

Secretário General Insulza, Suas Excelências, Excelentíssimos Senadores, Membros da Câmara dos Comuns, Distintos Convidados, Senhoras e Senhores,

Bem-vindos à Sexta Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar do Fórum das Américas. Na qualidade de presidente da Seção Canadense do FIPA, tenho o prazer de lhes dar as boas-vindas na histórica Câmara do Senado do Canadá para a Sessão Inaugural. Eu gostaria também de estender meus sinceros agradecimentos à senadora LeBreton e ao sr. Scheer por estarem conosco hoje e por compartilhar as palavras de boas-vindas.

Passaram-se 2 anos desde a nossa última Sessão Plenária e a reunião deste ano é especialmente importante para a revitalização do FIPA e para renovar nossos compromissos mútuos em matéria de cooperação e diálogo regional.

A Reunião Plenária deste ano serve para lembrar que as entidades legislativas das Américas devem trabalhar com afinco para garantir que nosso futuro seja próspero, e que devemos trabalhar juntos para o benefício da nossa região.



Deputado James Bezan,  
Presidente da Sexta Reunião  
Plenária



As relações interamericanas estão se fortalecendo. Atualmente, há 23 acordos comerciais bilaterais e regionais nas Américas. Sete deles entraram em vigor desde a nossa última Reunião Plenária em 2006 e outros quatro foram assinados, mas ainda não foram implementados. Esses acordos são designados para dirigir o crescimento do comércio entre os nossos países e garantir que as relações permaneçam saudáveis e sólidas. A responsabilidade de examinar minuciosamente os acordos que nos unirão nos próximos anos fica por conta dos legisladores. Os cidadãos que representamos e servimos - e em nome de quem estamos reunidos hoje - esperam que façamos esse exame.

A nossa prática de trocar livremente idéias sobre questões importantes para as Américas está de acordo com o espírito do FIPA e com as práticas de outras assembleias no sistema interamericano, particularmente a Cúpula das Américas e Assembléia Geral da OEA. O tema da V Cúpula das Américas foi “Garantir o Futuro dos nossos Cidadãos promovendo a prosperidade humana, a segurança energética e a sustentabilidade ambiental”. O tema da XXIX Assembléia Geral da OEA foi “Para uma Cultura de Não-violência”. Essas são questões-chave transnacionais para a nossa região. Os vínculos entre esses temas são Prosperidade e Cooperação que são inextricavelmente vinculados um ao outro e essa Assembleia do FIPA é testemunha desse compromisso que temos de cooperar uns com os outros num espírito de solidariedade para um futuro próspero.

A Plenária deste ano tratará de três questões muito importantes: a crise econômica e financeira que afetou tão profundamente todos os países das Américas; a segurança alimentar, uma questão que apresentou desafios que vencemos, mas que não conseguiu atingir alguns objetivos regionais; finalmente, a migração internacional e os direitos humanos que também levantou algumas questões políticas com relação ao movimento de pessoas em toda a região. Da mesma forma que com as Reuniões Plenárias anteriores, o Grupo de Mulheres Parlamentares se reunirá para considerar as questões do fortalecimento do papel das mulheres na sociedade e nos parlamentos, uma questão que permanece um pilar para o FIPA.

Para cada delegação presente aqui hoje, eu pediria que fizessem o máximo para garantir que seu país está sendo representado em cada um dos nosso Grupos de Trabalho, para que suas vozes possam ser ouvidas sobre todos os itens do nosso programa de atividades. Suas questões, dúvidas e preocupações serão anotadas e formarão resoluções finais, que nós enquanto Assembleia Plenária adotaremos na Sessão de Encerramento, na terça-feira, e enquanto delegações parlamentares individuais levaremos de volta às nossas legislaturas respectivas. Além disso, ao participar ativamente das sessões do Grupo de Trabalho, deixaremos a nossa marca no processo e isso nos ajudará a continuar o trabalho em casa.

Ao encerrar, desejo a todos sessões produtivas e frutíferas e estou ansioso em colaborar com vocês durante os Grupos de Trabalho. A Reunião Plenária deste ano tem de fato um bom público e eu agradeço os esforços que fizeram para vir encontrar os colegas aqui no Parlamento do Canadá.

Obrigado.

*8.5.4 Discurso do Presidente do FIPA, o Excelentíssimo Luiz Carlos Hauly, Membro da Câmara dos Deputados do Brasil*

*Original: português*



Presidente do FIPA, deputado  
Luiz Carlos Hauly

Honorável Marjory LeBreton, Líder do Governo no Senado; Excelentíssimo José Miguel Insulza, Secretário Geral da OEA; Senhor Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Andrew Scheer; Embaixadores e altos comissários; Senhor James Bezan, Presidente da Secção Canadense do FIPA; Honoráveis Parlamentares; Distinguidos Convidados; Senhoras e senhores:

Inicialmente, agradeço a hospitalidade e atenção de nossos anfitriões canadenses, que com o esmero e hospitalidade que lhes é peculiar, nos recebem com cordialidade para essa importante Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas-FIPA. Saúdo, também, as delegações participantes, que envidaram esforços para trazerem uma delegação a esta Assembléia.

Tenho grande expectativa e otimismo em relação aos resultados e decisões que tomaremos nessa nossa Assembléia. A cada dia o FIPA tem cumprido a sua função institucional de incrementar o “diálogo parlamentar” nas Américas. Na presente Assembléia teremos a oportunidade de, novamente, fortalecer nossa opinião sobre o tema, quando analisarmos a minuta de Recomendação sobre os resultados no “Diálogo Parlamentar Extraordinário, realizado previamente à V Cúpula das Américas.

Sem dúvida, a presença do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos em nossa Assembléia fortalece nossa posição no papel de interlocutor junto às questões que afligem nosso continente.

Desde a Cúpula de Quebec, nós, parlamentares temos avançado na compreensão de questões políticas, econômicas e sociais que afetam o nosso hemisfério e, agora, novamente no Canadá, teremos a oportunidade de consolidar nosso entendimento sobre o tema “diplomacia parlamentar”.

O papel do FIPA é consolidar sua posição como negociador primando pela busca de uma solução consensual para os conflitos entre as nações e reforçando a defesa do estado democrático de direito e do respeito às garantias e direitos individuais e coletivos.

No plano econômico, teremos oportunidade de discutir sobre a crise econômica que atingiu a todos os países, provocando uma retração no comércio mundial e uma ampliação de medidas restritivas ao livre comércio mundial.

Desde a “Rodada de Doha”, o FIPA tem incrementado sua participação nos foros de natureza econômica, sobretudo de forma a assegurar o livre comércio entre as nações.

Teremos, também, no campo social de discutir acerca dos problemas inerentes a adoção de medidas no campo da segurança alimentar, bem como da nossa permanente ação voltada para assegurar a igualdade de gênero em nosso Continente, além de tratar da questão acerca das migrações internacionais e a defesa dos direitos humanos.



Além disso, trataremos sobre os efeitos das medidas que estão sendo adotadas para o combate da pandemia de Gripe A.

Nossa pauta, sem dúvida demonstra a importância do FIPA no contexto mundial, bem como o incremento de nossa participação em temas relevantes e atuais de natureza política, social e econômica do cenário mundial.

Conforme mencionei em meu relatório, foi assinado recentemente um acordo de cinco anos entre o FIPA e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional. Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao Canadá pelos investimentos realizados nesta atividade parlamentar e pelos esforços na promoção do diálogo entre nossos povos. Agradecemos a generosidade de sua nação amiga. Continuamos a ter por objetivo melhorar o nível técnico e profissional de todos os parlamentares das Américas e com isso me refiro aos 35 países.

Desejo a todos uma participação exitosa na presente Assembléia, confiante no pleno êxito do evento. Muito Obrigado.

#### *8.5.5 Discurso-tema do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, o Excelentíssimo José Miguel Insulza*

*Original: Inglês*

Senadora LeBreton, sr. Vice-Presidente, sr. Presidente do FIPA, sr. Presidente da Seção Canadense do FIPA, distintos senadores, congressistas, membros do Congresso das Américas, distintos embaixadores, senhoras e senhores,

Agradeço a oportunidade de tomar a palavra nessa importante conferência. O FIPA foi criado, como lembramos aqui, neste mesmo Parlamento há oito anos após importantes decisões da Terceira Cúpula das Américas na Cidade de Quebec. Ele está destinado a desempenhar um papel importante, como o presidente disse, na promoção de resoluções pacíficas de conflito, um diálogo entre as nações das Américas e a promoção da democracia, um valor que todos nós compartilhamos nesta região.

Hoje, as Américas enfrentam um vasto leque de oportunidades e desafios motivadores. Estou certo de que as deliberações deste prestigioso fórum nos ajudarão a trabalharmos juntos em prol do fortalecimento da comunidade das Américas para o benefício de todos os nossos cidadãos.

O progresso democrático na América Latina e no Caribe foi significativo nos últimos anos, especialmente quando comparamos com a situação há algumas décadas - época em que eram frequentes as ditaduras assim como as violações aos direitos humanos e civis. Embora ainda tenhamos muitos desafios, a situação mudou. Na Quinta Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, todos os países da OEA representados ali haviam elegido seus líderes e autoridades através de processos democráticos, no



Foto: HOC--CDC

Secretário Geral da OEA José Miguel Insulza durante seu discurso-tema

respeito da legislação e, na maioria dos casos, com uma equipe de observadores da OEA presente para atestar a transparência do processo eleitoral. Algumas dessas eleições livres e justas tiveram resultados contestados e situações de quase empate, mas em todos os casos, os resultados foram aceitos por todos os partidos.

Essa nova e importante situação aponta para a direção certa, embora muitos dos países continuem a lutar e são imperfeitos no exercício de suas democracias. Portanto, é fundamental que vocês nas legislaturas da região, que façam parte do governo ou da oposição, nos ajudem a enfrentar os desafios de aprofundar e fortalecer os processos democráticos, as políticas democráticas para construir instituições democráticas fortes. Isso pode ser feito não somente por meio de debate legislativo, mas também através da aplicação de recursos financeiros adequados alinhados com prioridades nacionais e através da formulação de consenso e políticas consensuais em toda a região.

Os legisladores também têm um papel fundamental a desempenhar com relação à definição de visões e estratégias a longo prazo para a governança democrática e o desenvolvimento sustentável. Devemos todos juntos enfrentar esses desafios formulados pelos nossos chefes de estados e governos na Cúpula de Trinidad e Tobago: desigualdade, segurança energética, produtividade, segurança pública, governança democrática assim como estabelecer e restaurar a confiança no processo político.

Sem democracias estáveis, é difícil estimular o investimento necessário em nosso povo e as nossas economias não conseguirão ser competitivas nesse mundo interconectado. Enquanto estamos saindo lentamente daquilo que os observadores chamaram da pior recessão desde a Grande Depressão, existem alguns sinais de alarme aos que precisamos estar atentos. Embora seja verdade que é a primeira vez que a América Latina e o Caribe parecem sair da crise numa situação similar à do resto do mundo e não numa situação pior, ainda vivemos num hemisfério com sérias desigualdades em termos de distribuição de renda, produtividade e inovação. Um estudo recente realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL, mostra que leva o dobro do tempo para curar os efeitos sociais de uma recessão do que os econômicos. Estamos correndo o risco de perder muitos avanços que fizemos nos últimos anos. Os governos devem ser capazes de tomar medidas para suprir as falhas ou termos que enfrentar sérios abalos sociais, pois muita gente voltará a viver abaixo da linha da pobreza.

É por isso que nossos líderes se reúnem nessas cúpulas; é por isso que compartilhamos experiências e discutimos políticas e é por isso que reunimos todos os poderes de nossos governos democráticos – e certamente poderes legislativos – em prol da melhoria da condição de nosso povo.

É claro que continuamos a enfrentar perturbações e ameaças políticas que devem ser tratadas para prevenir um retorno a uma sociedade dominada pela incerteza. Sem dúvida, os eventos recentes mostraram a necessidade de uma Organização dos Estados Americanos e de um sistema interamericano mais forte e mais vibrante. Todas as nossas instituições têm papéis críticos a desempenhar pra garantir o follow-up apropriado dos nossos compromissos. A OEA desempenhou um papel importante ajudando a encontrar soluções pacíficas para crises em países como a Bolívia e a Nicarágua e ajudando a implementar medidas para fomentar a confiança no infeliz conflito entre nossos países irmãos, a Colômbia e o Equador. Essas realizações bem sucedidas merecem ser tratadas separadamente para que se possa entender e apreciar a complexidade individual de cada caso. O Haiti continua a viver uma situação perturbadora para todos nós. Em muitos países, a crise econômica criou problemas que teremos que enfrentar em alguns meses ou anos.



Entretanto, em razão do tempo e para tratar só uma questão, eu gostaria de mencionar que sofremos em Honduras, as lições que aprendemos e o precisamos fazer no futuro para evitar outras crises similares.

A derrubada de governos por meio da força é um recuo não somente para o país que a vive e que vê as forças armadas desrespeitar a regra democrática; é também um recuo para toda a região toda, não se pode permitir que aconteça outra vez. Todos nós pensamos que isso não ocorreria de novo na nossa região.

Na realidade, devo confessar que no dia seguinte do episódio em Honduras, eu recebi um texto da OEA. A primeira frase era “golpes militares são coisa do passado na América Latina.” Evidentemente, eu devolvi e disse, “escreva de novo e coloque em outro contexto.” Eles são raros na América Latina, eu espero.

Quando um presidente eleito, que não foi formalmente acusado de um crime ou que não teve a oportunidade de enfrentar seus acusadores, é retirado por força militar e exilado em outro país, é difícil argumentar, embora algumas pessoas argumentem que não foi um golpe, mas foi outra coisa que ocorreu. Claro, ficamos com essa sensação de perda e impotência. Lembramos os tanques na rua, os tiroteios, os presidentes exilados, a violação dos direitos humanos, *et cetera*. É por isso que é importante não permitir que o progresso e a estabilidade regional para os quais trabalhamos diligentemente para garantir nas últimas décadas sejam contrariados, inconstitucionalmente ou unilateralmente, pela deposição dos líderes eleitos.

Foi exatamente o que fizemos, primeiramente no Conselho Permanente no mesmo dia do golpe e depois na nossa Assembleia Geral Extraordinária, na qual condenamos o golpe sem qualquer qualificação e com o acordo de todos os estados-membros da OEA, sem exceção. Nos movemos devagar para garantir que ninguém reconheceria o governo de fato e tivemos muito sucesso nessa empreitada. Até hoje, nenhum governo ou instituição da comunidade internacional reconheceu o governo não-democrático de fato. Aliás, não fomos os primeiros a fazer isso. A União Europeia se reuniu no dia em que o golpe ocorreu e foi a primeira a condená-la e pedir a restauração da democracia em Honduras.

Graças a isso, conseguimos pressionar de forma legítima para uma negociação. Juntamente com o gabinete do Presidente da Costa Rica, Óscar Arias, estamos todos apoiando o que é chamado “a proposta de San José,” que é um esforço multilateral para propor uma via de reconciliação sem conflito violento para fortalecer a democracia nesse país da América Central.

Pensamos que é uma proposta equilibrada. Ela restaura o presidente legítimo no seu cargo e e também trata – pois precisamos ser realistas com relação a isso – das preocupações de muita gente e dos problemas que levaram a essa situação. Não estamos simplesmente pedindo um retorno à situação que existia antes do golpe. Estamos tentando recriar todas as condições que farão com que todos tenham certeza de que a democracia será restaurada. A proposta de San José se tornou possível por meio de princípios de multilateralismo, a única ferramenta que muitos países têm para ajudar a configurar e fortalecer a democracia.

É muito importante tirar lições desse evento. A crise política que sofremos é uma oportunidade para lançar um debate sobre a situação da democracia na região e sobre a maneira de preservar e fortalecer as instituições democráticas no intuito de evitar outras crises. Esse debate está fundamentado no nosso documento de base, no qual a Cúpula das Américas na Cidade de Quebec desempenhou um papel

importante na sua elaboração final. Alguns meses após o final da Cúpula, assinamos a Carta Democrática Interamericana, que contém uma definição muito ampla de democracia e dos princípios sobre os quais estariam baseadas nossas ações a partir de então.

Os elementos essenciais da democracia representativa incluem a separação dos poderes, a subordinação constitucional de todas as instituições estatais à autoridade civil legalmente constituída, o reconhecimento da estrutura estabelecida pela lei e a contribuição consequente que todas as instituições e setores da sociedade dão na sustentabilidade da democracia.

A crise atual evidencia as imperfeições que ainda temos nas ferramentas disponíveis para reagir quando a democracia é ameaçada. A Carta Democrática Interamericana define os elementos essenciais da democracia e fornece aos governos do Hemisfério Ocidental uma estrutura para orientar a ação coletiva quando a democracia enfrenta ameaças, mas ainda é vaga quando se trata de definir com clareza o que constitui a ruptura da ordem democrática. Também faltam ali os mecanismos necessários para que todos os poderes do estado, não só o executivo, possam exigir ou invocar sua aplicação. Eu levantei essa e outras questões na Carta Democrática em 2007.

Penso que chegou o tempo de discutirmos essas questões, pois certamente precisamos abrir espaço para que os outros, não somente os setores executivos, apresentem seus pontos de vista e seus requisitos. Talvez poderíamos ter prevenido o que aconteceu em Honduras se aquela situação tivesse sido apresentada ao Conselho antes do golpe. Na realidade, teríamos ido a Honduras no dia seguinte do golpe. Foi uma pena, pois teríamos ido semanas antes se a situação tivesse sido apresentada ao Conselho. Precisamos encontrar maneiras para que tais situações sejam apresentadas ao Conselho para proteger a democracia.

É claro que a democracia não é só realizar eleições livres, justas e transparentes. Progredimos muito nesse aspecto. É claro que não é só respeitar os direitos humanos, área na qual também progredimos muito. Trata-se também de criar um sistema de controle e ajuste. Trata-se de tratar os assuntos do Estado com transparência e ética. Trata-se da boa governança, da força dos partidos políticos, do acesso à informação, da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão.

Devemos garantir que as nossas instituições políticas representem o povo e que o povo participe dos sistemas políticos e que nossos governos possam cumprir suas principais responsabilidades e funções sociais. Todos nós deveríamos pensar que nossas instituições hemisféricas são relevantes para nossas vidas e considerá-las instituições que desempenham uma função importante para tratar dos desafios e avanços coletivos.

Quando chegamos nesse ponto, as nossas sociedades poderão refletir com mais precisão os nossos valores comuns e quem queremos ser enquanto comunidade americana. As pessoas falam de eleições. Certamente, as Américas junto com a Europa são as regiões mais democráticas do mundo, mas da democracia queremos mais do que eleições. Queremos cidadania efetiva, queremos a lei, queremos o respeito absoluto dos direitos humanos e queremos pluralidade e liberdade de expressão. Temos de realizar isso juntos.

Se conseguirmos isso, poderemos criar melhores oportunidades para a prosperidade econômica; estaremos mais preparados para criar futuras gerações. Poderemos ainda, enquanto indivíduos e estados, exercer nossa liberdade política e direitos em sociedades verdadeiramente democráticas.

Esse futuro está em nossas mãos, não é só o papel a ser desempenhado pelos setores executivos de nossos governos. Estamos orgulhosos da associação que temos com o FIPA e pensamos que ele deveria

desempenhar um papel mais importante. Esperamos que todos os poderes de nosso estado democrático possam se sentir representantes da Organização dos Estados Americanos. É por isso que estamos aqui hoje e os convidamos a continuar esse diálogo sobre igualdade e valores comuns.

Muito obrigado.

## 8.6 Apêndice 6 – Relatórios e Recomendações do Grupo de Trabalho

### 8.6.1 Grupo de trabalho nº 1: Crise Financeira e Econômica

#### **RELATÓRIO FINAL E RECOMENDAÇÕES** **Grupo de Trabalho No. 1: Crise Financeira e Econômica**

*Original: inglês*

Foto: FIPA



Participantes do grupo de trabalho sobre a Crise Financeira e Econômica

O Grupo de Trabalho sobre a Crise Financeira e Econômica reuniu-se no Parlamento do Canadá em Ottawa, Canadá, em 13-14 de setembro de 2009, com a participação dos delegados da Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, Haiti, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lucia, Suriname, Trinidad e Tobago e Estados Unidos da América, e de observadores da República Popular da China.

O excelentíssimo Luiz Carlos Hauly, membro da Câmara dos Deputados e presidente do FIPA presidiu as sessões do Grupo de Trabalho. O objetivo do Grupo de Trabalho era:

- Estudar o impacto da crise econômica mundial no continente americano e suas implicações para o desenvolvimento, para a redução da pobreza e para a cooperação econômica na região.
- Identificar formas para que os países do continente possam trabalhar de maneira conjunta a fim de superar os desafios decorrentes das condições econômicas atuais.

#### **APRESENTAÇÃO**

A primeira sessão do Grupo de Trabalho sobre a Crise Financeira e Econômica começou com uma apresentação de Vinita Watson, diretora executiva para o Canadá junto ao Banco de Desenvolvimento Interamericano. A apresentação da sra. Watson começou com um panorama da crise financeira e econômica, com enfoque no seu efeito sobre a América Latina. Ela observou que a crise representou um choque externo significativo para a região. A crise econômica em países industrializados reduziu a demanda para importação de bens produzidos na América Latina; a queda nos preços de commodities

reduziu o valor de alguns dos mais importantes produtos industriais e comerciais; e condições financeiras internacionais afetaram a disponibilidade do crédito em toda a região.

Entretanto, ao mesmo tempo, a sra. Watson observou que a América Latina como um todo se encontrava numa posição muito mais forte para enfrentar essa crise comparado às mais recentes crises econômicas. Especificamente, ao contrário da crise financeira de 1997-1998, as bases econômicas na América Latina estavam fortes antes do início da crise atual. As principais economias da região tiveram em geral um excedente fiscal; os níveis da dívida pública caíram de forma dramática desde 2002; as reservas internacionais estavam altas; e a dependência com relação à títulos de dívida em moeda estrangeira era baixa.

Como resultado da melhoria das variáveis macroeconômicas fundamentais na região, a sra. Watson afirmou que América Latina se encontrava numa posição muito melhor para adotar políticas monetárias e fiscais contracíclicas e aliviar o impacto dos choques externos adversos nas economias da região. Uma prova dessa posição sólida era o fato de que inúmeros países da região puderam introduzir planos de incentivo fiscal e reduzir as taxas de juros numa tentativa de melhorar o acesso ao crédito.

A sra. Watson sugeriu que estas medidas de incentivo ajudarão a aliviar o impacto da crise e que, conseqüentemente, a recessão na região será de curta duração e a América Latina voltará a registrar um crescimento positivo em 2010.

A segunda parte da apresentação da sra. Watson enfocou a evolução econômica recente no mundo. Mais concretamente, ela indicou que havia indícios de que a pior etapa da crise poderia ter terminado e que a economia mundial estava começando a se recuperar. As condições dos mercados financeiros estão melhorando e há indícios claros de uma certa recuperação nos mercados mundiais de matérias primas, assim como no setor manufatureiro.

A sra. Watson informou também aos participantes do grupo de trabalho que, apesar dos indícios precursores de recuperação observados na economia, alguns países da região enfrentavam desafios particularmente difíceis. Destacou especificamente a situação dos países dependentes de remessas e turismo como um dos casos para os quais a recuperação econômica será mais difícil.

A última parte da apresentação da sra. Watson enfocou as oportunidades políticas que a crise apresenta para as Américas. Ela indicou que para evitar os erros cometidos em crises anteriores, os governos da região deveriam trabalhar para adotar respostas políticas coordenadas e mutuamente informadas. “É preciso prestar atenção na política fiscal, na regulamentação financeira, no restabelecimento de fluxos de capital, no apoio ao comércio intraregional e na adoção de medidas para evitar o protecionismo”, disse. A sra. Watson insistiu especialmente no fato de que as diferenças sobre questões comerciais não deveriam converter-se em obstáculos para a cooperação regional.

Para iniciar as discussões do grupo de trabalho, a sra. Watson concluiu sua apresentação sugerindo duas perguntas para debate. Primeiramente, desafiou os participantes a considerar o nível de preparação da região se a recuperação econômica for longa e lenta: quais seriam os desafios específicos que apresentaria um período de recuperação de 4 ou 5 anos? Como uma recuperação lenta afetaria questões como a pobreza e a coesão social? Em segundo lugar, ela enfocou seu ponto de vista segundo o qual o comércio era um dos elementos fundamentais para conseguir uma recuperação econômica duradoura na região. Tendo presente esse ponto, ela pediu aos participantes que considerassem as



oportunidades de política que existem – na sua opinião - para aumentar a integração comercial e econômica nas Américas e aproveitar as vantagens que o comércio oferece à região.

## **DISCUSSÕES**

Depois da apresentação da sra. Watson, os participantes do workshop começaram suas deliberações. As discussões foram abertas, cordiais e abordaram um grande leque de assuntos. Além de trocar pontos de vista e observações sobre as causas e impactos da crise nas suas respectivas economias, os participantes também discutiram sobre os desafios e questões que enfrentam por ocasião da recuperação das economias. O enfoque dessas discussões gravitaram em torno de três temas: reforma financeira, regulamentação e supervisão; comércio, concorrência e integração econômica; e estratégias e melhores práticas para garantir uma recuperação econômica rápida e sustentável. Geralmente, os participantes estavam de acordo que é importante que todos os países das Américas precisem trabalhar juntos, para aprender a partir dos erros passados e tomar medidas para evitar outra crise grave no futuro.

Reformas e regulamentação de serviços financeiros foram um ponto de discussão importante nas deliberações do workshop. O debate abordou inúmeras questões, inclusive a necessidade de transparência essencial nos mercados de serviços financeiros; e a necessidade para educação do consumidor sobre a natureza e o risco inerente de hipotecas e instrumentos de serviços financeiros. Diversos participantes sugeriram que um sistema ou entidade de regulamentação internacional era necessário para ajudar a prevenir outra crise similar no futuro. Entretanto, alguns parlamentares expressaram preocupações com relação às opiniões de economias menores que poderiam ser esquecidas por ocasião da criação de um tal órgão de regulamentação/supervisão. Outros acreditam que é imprescindível que num tal órgão de regulamentação, todos os países devessem obedecer aos mesmos padrões.

Os participantes do workshop também discutiram a importância da integração econômica e comercial garantindo uma recuperação rápida da recessão mundial atual. Observou-se que todos os países das Américas devem resistir à tentativa de impor medidas protecionistas para inibir o comércio, mas deveriam trabalhar de forma mais estreita para eliminar barreiras ao comércio e explorar oportunidades para uma integração econômica mais sólida. Foi sugerido que a integração econômica nas Américas era um componente decisivo de uma estratégia de recuperação e que seria um elemento-chave para acelerar o crescimento econômico e reduzir a pobreza em todo o hemisfério. Algumas das deliberações também trataram da necessidade de prestar mais atenção às políticas microeconômicas, que são também de importância decisiva com relação à recuperação econômica.

Os parlamentares identificaram vários obstáculos para atingir a meta de incrementar a integração econômica e os vínculos comerciais. Entre eles, estão incluídos a necessidade de reduzir os custos do comércio, oferecer atividades de facilitação do comércio e de desenvolvimento de capacidades aos países em desenvolvimento, construir infraestrutura de transporte adequada e melhorar o acesso ao financiamento comercial, sobretudo levando em conta o efeito da crise na redução do acesso ao crédito na economia real.

A relação entre o comércio e a pobreza foi outro dos temas abordados durante as deliberações do workshop. Os participantes salientaram que o comércio pode desempenhar um papel fundamental no

desenvolvimento econômico e na redução da pobreza, mas que é preciso adotar medidas para assegurar que os pobres aproveitem do comércio. Observou-se que as crises econômicas têm um impacto desproporcional na população mais pobre e que as políticas governamentais devem garantir que a recuperação econômica permita melhorar as vidas dos pobres da região.

Um tema de debate conexo foi a necessidade de melhorar a participação na economia formal. Vários parlamentares observaram que o emprego no setor informal não oferece a segurança, prestações e direitos básicos associados com a participação na economia formal. Alguns presentes indicaram também que o emprego informal era um dos principais fatores que contribuía para a pobreza e a desigualdade de renda na América Latina. Os participantes debateram estratégias para fomentar a participação na economia formal e eliminar o emprego informal. Entre as sugestões está oferecer um salário mínimo garantido para romper o círculo da pobreza na região.

O terceiro tema geral debatido se concentrou nas estratégias para superar a recessão econômica. Parlamentares de diferentes países compartilharam suas melhores práticas para responder aos desafios apresentados pela crise. Observou-se que cada país das Américas é único e que, como tal, necessitará de estratégias e mecanismos únicos para responder a suas inquietudes e problemas específicos. A maioria dos participantes se mostrou a favor de programas de incentivo fiscal e financiamento com déficit para revitalizar o crescimento econômico, apesar de que alguns se mostraram prudentes para evitar voltar a uma era de gastos deficitários contínuos; se pecam por excesso de permissividade as políticas econômicas expansionistas podem dar lugar à hiperinflação e à desestabilização econômica.

Além dos participantes procedentes das Américas, nas sessões do workshop participou também uma delegação de observadores da China. A delegação chinesa se dirigiu aos participantes durante a segunda jornada das discussões para apresentar os pontos de vista da China sobre a crise financeira e econômica, e explicar as estratégias e políticas que a China tem implementado para mitigar os efeitos da crise e os êxitos que conseguiu. A delegação chinesa também apresentou uma série de perguntas sobre temas como os desequilíbrios comerciais mundiais, seus planos para incrementar a demanda de consumidores nacionais, as perspectivas para uma moeda mundial e seus pontos de vista sobre o estabelecimento de relações comerciais com as Américas.

## **RECOMENDAÇÕES**

*Adotadas pela Assembleia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.*

Baseado nas deliberações no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Crise Financeira e Econômica realizadas no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009,

**A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA FAZ AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES:**

1. Que os países das Américas deveriam fazer todo o esforço para promover integração e cooperação econômica na região. Essa integração deveria aumentar a cooperação em comércio, desenvolvimento da infraestrutura, inovação e tecnologia e regulamentação de serviços financeiros.
2. Que os países-membros do FIPA deveriam explorar a possibilidade de padronizar a legislação em matéria de normas e condições de investimento e fomentar a transparência em todo o hemisfério para garantir um desenvolvimento sustentável e garantir que os benefícios dos



investimentos sejam divididos por todos. Nenhum país deveria deixar de atrair investimento estrangeiro direto porque as regras para os investimentos são mais flexíveis em outro lugar.

3. Que os países-membros do FIPA deveriam fazer o esforço de trabalharem juntos para uma conclusão satisfatória da Rodada de Desenvolvimento de Doha de negociações comerciais multilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC). Simultaneamente, os países deverão trabalhar para fortalecer o comércio na região e eliminar tarifas e medidas protecionistas nas Américas.
4. Que os países-membros do FIPA garantam uma atuação responsável no tocante à matéria fiscal. A curto prazo, o orçamento deficitário temporário poderia ser uma responsabilidade política contracíclica apropriada às crises econômicas. Entretanto, com base em suas experiências passadas, os países das Américas não deveriam voltar à prática de déficits anuais persistentes a longo prazo.
5. Que as políticas contracíclicas implementadas pelos países das Américas deveriam visar a preservação dos salários e dos empregos na região, no respeito das leis nacionais e promovendo padrões internacionais para condições de trabalho tais como as citadas nas convenções da Organização Internacional do Trabalho.
6. Que, considerando a importância de um banco central forte para fomentar a confiança em mercados financeiros, os países membros do FIPA deveriam trabalhar para preservar a autonomia de seus bancos centrais e agências federais de reserva.
7. Que os países-membros do FIPA deveriam ser incentivados a revisar sua legislação num esforço de fortalecer as instituições que lidam com o controle e supervisão de instituições financeiras e seus produtos, assim como agências de qualificação de crédito, para evitar medidas especulativas, conflitos de interesse e falta de transparência na tomada de decisão em mercados de capital.
8. Que os países-membros do FIPA deveriam implementar políticas públicas para incentivar, como parte de alianças públicas-privadas, a ativação ou criação de unidades produtivas que criariam emprego formal de modo a promover um desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, os países do FIPA deveriam também promover políticas, incentivos e programas que provocarão o maior desenvolvimento possível de pequenas e micro empresas, garantindo sua participação e competitividade nos mercados internos e externos.

**Excelentíssimo Luiz Carlos Hauly**

**Membro da Câmara dos Deputados do Brasil e Presidente do FIPA**

Presidente do Grupo de Trabalho

**Michael Holden, Analista, Biblioteca do Parlamento, Parlamento do Canadá**

Secretário do Grupo de Trabalho

## **PARTICIPANTES**

Argentina

Deputada Susana Mercedes Canela

Bahamas	Lynn Holowesko, Presidenta do Senado
Bolívia	Senadora María Silvia Baldomar
Brasil	Deputado Mauricio Rands Deputado Carlos Eduardo Vieira Da Cunha Deputado Antonio Carlos Mendez Thame
Canadá	Senadora Céline Hervieux-Payette Senadora Pierrette Ringuette Senador Terrance Stratton Deputado James Bezan Deputado Pierre Paquette
Chile	Deputado Jose Francisco Encina Moriamez Deputado Eugenio Tuma Zedán
Equador	Fernando Cordero Cueva, Presidente da Assembleia Nacional
Estados Unidos da América	Representante Gregory Meeks
Haiti	Deputado Jean Ricaud Bélizaire
Guatemala	Deputado Edgar Caín González Aguilar Deputado Félix Adolfo Ruano de León
Jamaica	Deputada Shahine Robinson
México	Senador Rogelio Humberto Rueda Sánchez
Panamá	Deputado Fernando Carrillo
Paraguai	Senador Alberto Grillón Conigliaro Senador Amancio López Irala
Peru	Congressista Rolando Reátegui Flores Congressista Rafael Yamashiro Ore
Santa Lucia	Rosemary Husbands-Mathurin, Presidenta da Câmara da Assembleia
Surinam	Deputado August Bado Deputado Chanderdath Tilakdharie
Trinidad e Tobago	Senador Adesh Nanan

#### **OBSERVADORES**

República Popular da China	Bing Lu, Membro do Congresso Popular Nacional
----------------------------	---

## 8.6.2 Grupo de trabalho nº 2: Segurança Alimentar

### RELATÓRIO FINAL E RECOMENDAÇÕES Grupo de trabalho nº. 2 : Segurança Alimentar

*Original: inglês*



A senadora Joan Purcell apresenta as recomendações do grupo de trabalho sobre a segurança alimentar

O Grupo de trabalho sobre **segurança alimentar** se reuniu no Parlamento do Canadá em Ottawa (Canadá), em 13 e 14 de setembro de 2009, com a participação de delegados do Brasil, Canadá, Chile, Equador, Granada, Guatemala, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Trinidad e Tobago.

A **Exma. Joan Purcell**, presidente do Senado de Granada, presidiu as sessões do grupo de trabalho. Os objetivos do grupo de trabalho foram os seguintes:

- Analisar a situação regional relativa à segurança alimentar e seus fatores contribuintes considerando, em particular, a situação dos Estados mais vulneráveis.
- Identificar opções de políticas a curto e longo prazo para os legisladores, em nível nacional, sub-regional e hemisférico.

#### APRESENTAÇÕES

A) **Sr. Juan Carlos García Cebolla**, Coordenador do Projeto “Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome”, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Escritório Regional para América Latina e o Caribe, Santiago, Chile.

Iniciativas tomadas em 2005 pelos presidentes da Guatemala e Brasil: meta de erradicar a fome até 2025; os Parlamentos não só legislam, mas também estabelecem orçamentos.

Segurança Alimentar: a definição da Cúpula Mundial sobre Alimentação é útil.

Os aspectos nutricionais também são fatores a serem considerados.

A problemática tem múltiplas causas em vários níveis, entre eles o nacional e subnacional. Elas são complexas: problemas socioeconômicos que obrigam as famílias a lutar para sobreviver; fatores culturais; disponibilidade, acesso (aos alimentos e também à água segura), estabilidade (clima assim como preços); usos (segurança dos alimentos, acesso a serviços de atenção à saúde).

Forma-se um círculo vicioso de desnutrição-fome-pobreza; não existe igualdade de oportunidades para o desenvolvimento. Portanto, i) é imperativo que exista um acesso imediato aos alimentos: o custo anual da malnutrição infantil na América Central e na República Dominicana, o equivalente a 6.700 milhões de \$US, ou seja, 6,4% do PIB; ii) com 60% das crianças da América Latina que vivem em zonas rurais, é importante desenvolver capacidades e criar oportunidades econômicas.

**Função dos Parlamentos:** Fortalecer o marco institucional num enfoque trans-setorial: educação, economia, desenvolvimento agrícola e rural, moradia e habitat, saúde e saneamento; marco jurídico; fortalecimento da estrutura; estabelecimento de metas em longo prazo em nível do país, e votação de orçamentos adequados, que são condições necessárias para o investimento em capital humano e aspectos de produção. Não basta orçamentos, maiores mas precisam ser bem administrados.

**Seis elementos** são necessários para uma política de Alimentação e Segurança Nutricional: **transferência de renda e acesso aos alimentos; apoio à agricultura familiar e rural; saúde e nutrição; educação alimentar e nutricional; salubridade e qualidade dos alimentos (inclusive o acesso à água segura); provisão (reservas de fundos para situações de emergência).** Três componentes principais: desenvolvimento espacial; operação de mercados locais; direitos econômicos à alimentação; é preciso reconhecer que **os pequenos agricultores fazem parte da solução.**

B) *Dr. Máximo Torero, Coordenador para América Latina e Diretor da Divisão de Mercados, Comércio e Instituições do Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares (IFPRI), Washington D.C., Estados Unidos*

Existem quatro crises: alimentação, combustível, finanças e clima, todas elas interrelacionadas; por exemplo, 30% do aumento dos preços dos alimentos está relacionado aos preços do combustível.

Há uma clara relação entre a segurança alimentar, a segurança energética e a segurança política. Também é clara a relação entre os preços do milho, arroz, trigo e petróleo, de modo que com o enorme aumento de 2008, os pobres são os mais afetados. Duas razões principais explicam esse aumento: as tarifas impostas pelos países para proteger seu mercado (30% do aumento), o resto foi **resultado da especulação.** Têm causas e efeitos. Os consumidores urbanos consomem produtos com valor agregado (trigo) e, portanto, são menos prejudicados pelo aumento dos preços do trigo; os consumidores pobres das regiões rurais consomem alimentos menos transformados e, portanto, são mais vulneráveis ao aumento dos preços dos produtos básicos. Com 970 milhões de pessoas que vivem com \$1 ou menos por dia e sabendo que gastam entre 50 e 70% desse dólar em alimentos, o aumento dos preços tem um efeito sobre eles.

Pior ainda, a queda que se seguiu não foi tão importante ou rápida quanto o aumento dos preços. Os pobres se tornaram rapidamente mais pobres e os que estavam à margem do patamar da pobreza se tornaram pobres. Além disso, se produziu um deterioramento absoluto da ingestão calórica nas zonas rurais pobres.

No início da recessão, o setor agrícola foi menos afetado que o setor manufatureiro e, portanto, serviu de amortecedor para algumas empresas.

A mudança climática afeta a produção de milho, o que é uma preocupação para os países do sul.

O setor agrícola deve ser protegido contra a volatilidade do setor financeiro.

É preciso reduzir os obstáculos ao comércio para facilitar um maior acesso e reduzir a volatilidade do mercado. Além do mais, deve-se ampliar programas sociais e melhorar os programas de nutrição infantil. Também, é muito importante **vincular os pequenos produtores aos mercados, melhorando os rendimentos (pesquisa), inovação e cadeia de valor agregado.**



A **redução da volatilidade do mercado** poderia ser atingida mediante uma reserva mínima humanitária e um mecanismo de salvaguarda para minimizar os ataques especulativos que afetam diversos mercados, o que se poderia fazer com **uma reserva virtual mediante um sinal potencial enviado pelos países** no mercado de futuros. O aspecto principal é o próprio sinal: se há um problema com as variáveis fundamentais de um mercado, os países poderiam intervir para deter a tendência anormal.

C) *Dr. Michael Bedoya, representante do Instituto Interamericano de Cooperação (IICA) para a Agricultura no Canadá.*

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura centra seus esforços, pelo menos em parte, no desenvolvimento de um setor agrícola que seja eficiente. Permanecem em países onde colaboramos para garantir que uma vez implementados os projetos, estes sejam sustentáveis. Presença, conhecimento e sustentabilidade são os componentes principais do nosso enfoque.

O ano de 2008 foi marcado pela incerteza nas normas relativas aos produtos alimentares básicos. Segundo o professor Alex McCalla, da Universidade de Califórnia, os países de baixa renda gastaram 67,5% em alimentos quando comparados a 11% nos países de alta renda, mas o gasto em produtos básicos é o que caracterizou principalmente os países pobres.

Quanto à inovação institucional relativa a mudanças tecnológicas: informação, publicações e a análise do impacto da pesquisa são importantes.

Com relação à estruturação de instituições e serviços: enfoque territorial, projetos conjuntos com países, nutrição e vinculação dos pequenos produtores com os mercados.

Análise, exame, situação de acompanhamento para controlar e fazer os ajustes adequados nos programas. Estudos de casos para compartilhar nossas observações e difundir informação entre os países.

A **cooperação horizontal** (como facilitadores) é promovida entre os países das Américas, por exemplo, por meio de seguros agrícolas, apoio a jovens agricultores e enfoques de gestão de riscos. **Promover também a produção autônoma de alimentos** em países como Haiti é um exemplo da intervenção do IICA e interação horizontal com organizações como a Associação de Leguminosas do Canadá.

Entre as recomendações estão incluídos: melhorar o uso de todos os mecanismos e recursos técnicos; melhorar a cooperação horizontal entre os países; desenvolver tecnologias adequadas para operações pequenas; facilitar canais de comunicação entre os pequenos produtores e os mercados; programas de crédito e seguro como estabilizadores; facilitar atividades de educação para operações rurais; formação de líderes jovens rurais.

## **DISCUSSÕES**

A fome é um grave problema: 55 milhões de pessoas em nosso continente sofrem de fome. Porém, os pagamentos que devemos fazer para **reembolsar a nossa dívida externa** desviam os fundos destinados aos pobres e a população que padece de fome. Os países mais ricos não entendem que a redução e eliminação da pobreza seriam benéficas para eles também.

A obesidade e a pobreza: a malnutrição na primeira infância pode gerar obesidade quando aumentam os fornecimentos de alimentos pois o metabolismo pode ter se adaptado para gerar mais energia quando os alimentos eram limitados. Assim, no Equador por exemplo, a **má distribuição da colheita** pode gerar um consumo excessivo em algumas regiões.

**A necessidade de água potável e de alimentos seguros** faz com que se considere a ajuda alimentar. Existe um nível além do qual não podemos reduzir a fome? Um indicador abaixo dos 2% de desnutrição se considera às vezes aceitável. O direito aos alimentos continua sendo um tema de debate importante.

Os programas de infra-estrutura deveriam incluir um componente de desenvolvimento e transferência de tecnologias para os países que enfrentam a insegurança alimentar.

No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, se coloca a pergunta de qual seria o impacto de dirigir especificamente as ações para a malnutrição infantil. Alguns perguntam se contamos com estudos que mostram o que poderia ser considerado uma população satisfeita em matéria de nutrição, segurança alimentar e soberania alimentar. Outra pergunta é: existe algum tipo de **limites de apoio governamental** oferecido para mitigar o problema da pobreza e da fome?

Surgem também outras perguntas: considerando que alguns países têm excedentes e são capazes de exportar, enquanto outros não podem produzir o suficiente para satisfazer suas próprias necessidades; como elaborar recomendações que se apliquem a estas situações diferentes?

Além disso, com relação aos **países produtores de energia (biocombustíveis) limpa**, é necessário reconhecer que as políticas devem ser substancialmente diferentes, no sentido de que as políticas alimentares não podem ser incluídas no mesmo grupo que as políticas energéticas.

Com relação aos **créditos de carbono e mudança climática**, a questão é saber se é uma oportunidade para os pequenos agricultores dos países em desenvolvimento.

As respostas à pergunta relativa ao **direito aos alimentos**: o direito não se baseia numa ajuda permanente, mas em certas condições como não permitir que terceiros desprezem esse direito (como limitar a água), programas de transferência que complementam a renda para alcançar o nível básico mínimo.

As respostas à questão do apoio governamental e os investimentos públicos podem focar o acompanhamento e orientar o apoio e investimentos para objetivos específicos que são imprescindíveis; além disso, atualmente, a devida diligência com relação a investimentos é importante e nem sempre é aplicada.

Em matéria de biocombustíveis, o Brasil é eficiente no cultivo da cana de açúcar, mas nem sempre ocorre o mesmo em todos os países produtores de biocombustíveis.

Os elevados custos dos insumos na agricultura constituem um problema importante. Em 1980, havia meio hectare por pessoa para produzir alimentos para o mundo; em 2025, somente quarta parte do hectare estará disponível.

Outra pergunta é a seguinte: fala-se de “pico do petróleo”, mas existe o que pode ser considerado como “pico alimentar” ou ponto máximo de produção de alimentos? Os parlamentares deveriam falar mais sobre o pico alimentar? Os principais compradores de produtos básicos poderiam impedir que os



agricultores conheçam o valor real de seus produtos básicos. Por isso, é fundamental fortalecer os agricultores.

**Equador** é um país dedicado totalmente à agricultura. Embora o país tenha estabelecido áreas de biodiversidade que devem ser protegidas, algumas delas se encontram em perigo. Existe o seguro agrícola, mas só para os produtores que trabalham com o banco de desenvolvimento. O país considera que se encontra às voltas com outro fenômeno climático, e que os pescadores, muitos dos quais se encontram em perigo, precisam ter acesso a uma rede de segurança social. A agricultura familiar tem sido fortalecida no Equador para garantir um contato contínuo com a terra; os pescadores precisam ter esse mesmo contato permanente com seus recursos.

O acesso à água é um problema importante que deve ser abordado.

A segurança alimentar é uma questão de importância fundamental: a cada segundo morre uma criança ou uma pessoa; e mais de mil milhões de pessoas no mundo sofrem de graves problemas com a fome. **As políticas públicas podem mudar a tendência**, sempre e quando enfoquem as **populações mais vulneráveis**. Por exemplo, oferecer programas de café da manhã e almoço na escola pode ajudar a quebrar o ciclo da pobreza. **É preciso oferecer aos mais pobres da região educação em matéria de saúde e subsídios alimentares**. Apesar do fato de que alguns países produzem uma grande quantidade de alimentos, ainda temos áreas nas quais prevalece a fome e altos níveis de pobreza.

**Trinidad e Tobago** é um importador líquido de alimentos. A disponibilidade de crédito agrícola, e o acesso a tecnologia e comunicação, são elementos-chave. A existência de infra-estruturas é fundamental para que os pequenos agricultores tenham acesso aos mercados.

Segundo o parecer do delegado da **República Dominicana**, é necessário que o Fórum Interparlamentar das Américas ajude a criar uma **Frente Parlamentar contra a Fome**. Os agricultores precisam de projetos que os ajudem a conseguir uma melhor produção. O intercâmbio da dívida por alimentos ofereceria ao país uma trégua, considerando a realidade local, isto é, que sua dívida constitui uma carga pesada. Além disso, a República Dominicana enfrenta crises externas (como a crise financeira, que deu lugar a uma diminuição do turismo, as exportações, etc.). Foram gastos milhões de dólares para salvar os grandes bancos, mas a população também precisa de ajuda que lhes facilite a criação de riqueza. **Todos deveriam compartilhar o objetivo comum de permitir à humanidade que tenha poder de aquisição. Neste sentido, é preciso de uma moratória sobre o pagamento dos juros da dívida externa**. Para o continente latino-americano, o Fórum Interparlamentar das Américas deve estar preparado para formular recomendações de peso.

Muitos fatores afetam a segurança alimentar, entre outros, o comércio, os níveis de dívida, a educação, os níveis de renda e os preços baixos recebidos pela produção básica. Os **parlamentares devem instar os governos** para que melhorem e subsidiem a produção, e ofereçam mais apoio à pesquisa. A mudança climática e a crise financeira estão interrelacionadas e enfoques sustentáveis são necessários.

Na opinião do delegado do **Panamá**, existe um ciclo e uma série de fatores estão inter-relacionados. **Os programas que incluem aspectos sociais devem ter uma orientação muito clara e caracterizar-se por sua neutralidade política**. As companhias que participam em projetos hidroelétricos deveriam compartilhar alguns de seus benefícios com as comunidades locais. As granjas auto-suficientes precisam

de ajuda para desenvolver-se além da auto-suficiência. É necessário separar os programas de solidariedade da política.

Os governos devem concentrar seus esforços mais no desenvolvimento agrícola.

Todos os governos deveriam promover e fomentar **programas de café da manhã na escola** e todos os setores vulneráveis deveriam receber ajuda nos âmbitos do apoio alimentar, educação e saúde.

#### **Oradores convidados:**

O Sr. Juan Carlos García Cebolla: uma parte dos benefícios deve ser redirecionada para os programas de almoço nas escolas (que requerem fundos governamentais, mas que também são uma **oportunidade para que os pequenos agricultores vendam seus produtos**) e também para infra-estruturas (estradas, serviços de saúde, serviços veterinários, etc.). A inocuidade dos alimentos é também uma questão importante, e é imprescindível que as instalações de produção apliquem normas. Entretanto, cabe salientar que os pequenos agricultores são relativamente incapazes de cumprir as normas se estas forem excessivamente rigorosas.

Dr. Máximo Torero: Dado que existem problemas mundiais, é importante apoiar o **Programa de Desenvolvimento de Doha**. Para resolver a questão da **volatilidade** dos preços: deveria considerar-se estabelecer uma reserva virtual. Em nível nacional, os seguros privados são muito importantes com relação à mudança climática, e alguns pagamentos de seguros são baseados em índices climáticos; os agricultores devem entender esta realidade. É preciso contar com um sistema de informação sobre os preços para assegurar que se disponha de informação oportuna sobre o mercado que, atualmente, não existe. A distribuição e produção de insumos agrícolas estão demasiado concentradas. Os mercados de terras devem ser melhorados. Fortalecer as mulheres deve ser também uma das metas.

Dr. Michael Bedoya: um enfoque territorial para o desenvolvimento rural é aqui uma meta macroeconômica comum.

#### **RECOMENDAÇÕES**

*Aprovadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.*

Baseado nas deliberações no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar realizadas no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA FAZ AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES:

1. A malnutrição infantil pode ter efeitos negativos a curto, médio e longo prazo no desenvolvimento futuro dos países. Portanto, recomenda-se prestar maior atenção aos programas educativos alimentares e nutritivos quando se oferece ajuda alimentar.
2. É imprescindível romper o ciclo da desnutrição-fome-pobreza; a ajuda alimentar por si só não é suficiente nem sustentável. Portanto, recomenda-se que os países que oferecem ajuda alimentar examinem cada vez mais a possibilidade de implementar programas destinados a desenvolver capacidades e criar oportunidades econômicas para a população, tanto em nível individual quanto coletivo. Além disso, quando se oferece ajuda alimentar deveria promover-se a compra de alimentos locais.
3. A segurança alimentar é uma questão complexa que inclui muitos fatores, sobretudo aspectos



socioeconômicos e culturais, e precisa de um enfoque específico e comum. Portanto, recomenda-se contar com um enfoque intersetorial baseado em esforços institucionais para coordenar os distintos esforços que afetam a segurança alimentar e nutricional, como elemento central das políticas públicas.

4. O acesso à água potável, como o acesso a alimentos saudáveis, deveria ser um direito humano. Portanto, recomenda-se promover a provisão de água potável. Também, recomenda-se estabelecer normas mínimas de salubridade dos alimentos, sempre que não se tornem uma carga excessiva para os produtores.
5. Os governos e os Parlamentos têm um papel a desempenhar, sobretudo mediante a aprovação de orçamentos adequados para programas alimentares. Portanto, recomenda-se que os Parlamentos membros do FIPA estabeleçam marcos institucionais adequados, fortaleçam a estrutura de seus organismos públicos e definam metas em longo prazo destinadas a oferecer programas sustentáveis de apoio, incluídos os de crédito agrícola e seguro agrícola.
6. Além disso, o Fórum Interparlamentar das Américas deveria solicitar a promoção e estabelecimento de uma Frente Parlamentar contra a Fome em cada Parlamento membro, que é necessário para fazer avançar uma política de desenvolvimento e segurança alimentar que seja ao mesmo tempo sustentável e equitativa para todos.
7. A ação, tanto por parte dos governos como dos Parlamentos, é um elemento da solução; os pequenos agricultores e os jovens agricultores são também importantes partes interessadas e formam parte da estratégia para lutar contra a fome e a pobreza. Portanto, recomenda-se que as iniciativas que permitam fortalecer os jovens agricultores e os pequenos agricultores, assim como os agricultores familiares, sempre formem parte das estratégias e programas dos governos; estas medidas deveriam incluir serviços de extensão, adaptação, tecnologia e inovação, centrando os esforços na educação dos jovens agricultores rurais e suas famílias.
8. Além disso, fortalecer os agricultores permite também que estabeleçam uma melhor relação com os mercados locais. Portanto, recomenda-se que os distintos organismos e governos que operam no âmbito do desenvolvimento econômico realizem esforços, que incluam a criação de cooperativas locais e associações de agricultores mediante o processamento agrícola local e/ou regional, concebido para permitir aos produtores participar da cadeia de valor.
9. O direito aos alimentos é um conceito importante, mas nem sempre bem compreendido, apesar da grande aceitação da noção de que ele constitui um direito humano básico. Por conseguinte, é recomendável explicá-lo da melhor maneira a todas as populações e incluir conceitos e informações pertinentes preparados por grupos como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Ao garantir o direito a alimentos seguros, é importante reconhecer os efeitos da mudança climática na produção agrícola, a necessidade de produzir alimentos de forma sustentável e o requisito de utilizar adequadamente a água, um recurso escasso.
10. O comércio continua sendo um componente importante do desenvolvimento econômico. Recomenda-se que os objetivos da Organização Mundial do Comércio de reduzir os obstáculos ao comércio e incrementar o acesso aos mercados sejam prioritários para todos os países.

11. Existem provas de que existe uma importante relação entre um clima político precário, os preços dos alimentos e a segurança alimentar. De modo similar, há provas que apontam para a existência de um vínculo entre a atual crise energética e a competência atual no uso dos recursos terrestres e hídricos. Portanto, recomenda-se proteger a segurança alimentar em nível nacional e regional, e tratar de conseguir uma competência eqüitativa no desenvolvimento de biocombustíveis a base de “cereais básicos”. Além disso, recomenda-se realizar investimentos em investigação e desenvolvimento, e em biocombustíveis de segunda geração.
12. A redução da volatilidade do mercado poderia ser conseguida com uma reserva mínima humanitária e mecanismos de salvaguarda para minimizar o comportamento especulativo que afeta os distintos mercados. Para evitar uma especulação excessiva, recomenda-se que todos os países membros do FIPA estabeleçam mecanismos de regulamentação mais sólidos.
13. É necessário melhorar e incrementar o acesso, por parte dos exploradores de sítios de pequeno e médio tamanho, a informação adequada sobre os preços de seus produtos básicos. Portanto, recomenda-se que os países encontrem modos de melhorar seus sistemas de preços para os produtos agrícolas e incrementem seu acesso à informação sobre o mercado mediante o uso de tecnologias da informação e a comunicação a exemplo do uso dos telefones celulares.
14. Recomenda-se que o FIPA trabalhe com os Parlamentos membros para assegurar que toda a cooperação técnica e os recursos disponíveis sejam melhor utilizados, incluída a colaboração horizontal entre os países das Américas.

**Exma. Joan Purcell**  
**Presidenta do Senado de Granada**  
Presidenta do Grupo de Trabalho

**Jean-Denis Fréchette**  
**Analista principal, Biblioteca do Parlamento, Parlamento do Canadá**  
Secretário do Grupo de Trabalho

#### **PARTICIPANTES**

Brasil	Deputado Antonio Carlos Mendez Thame
Canadá	Deputado James Bezan Deputado Ed Holder Deputado Larry Miller
Chile	Deputado Roberto Sepúlveda Hermosilla
Equador	Lídice Vanesa Larrea Viteri, Membro da Assembleia Nacional
Guatemala	Deputado Edgar Leonel Arévalo Barrios Deputado Oswaldo Iván Arévalo Barrios
México	Senadora Adriana González Carrillo Senador Rubén Fernando Velázquez López
Panamá	Deputado Francisco Brea
Peru	Congressista Gustavo Espinoza Soto Congressista Guido Ricardo Lombardi Elías Congressista Juan David Perry Cruz

República Dominicana    Deputado Juan Gilberto Serulle  
Surinam    Deputado Soedeshchand Jairam  
Trinidad eTobago    Deputado Stanford Callender

### 8.6.3 Grupo de trabalho nº 3: Migrações internacionais e Direitos Humanos

## RELATÓRIO FINAL E RECOMENDAÇÕES Grupo de trabalho nº 3: Migrações internacionais e Direitos Humanos

Foto: M. López Garelli



Delegados tomam notas durante as apresentações do Grupo de Trabalho sobre Migrações Internacionais e Direitos.

*Original: espanhol e inglês*

O Grupo de Trabalho sobre Migrações e Direitos Humanos se reuniram no Parlamento do Canadá em Ottawa, Canadá, de 13-14 de setembro de 2009, com a participação dos delegados da Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Granada, México, Panamá, Paraguai, Peru e Suriname.

O senador Ricardo Garcia Cervantes, Vice-presidente do Senado do México, presidiu as sessões do grupo de trabalho. Os objetivos do Grupo de Trabalho eram:

- Promover um diálogo exaustivo sobre o fenômeno das migrações na região das Américas no intuito de analisar e propor medidas destinadas a garantir a atenção adequada aos migrantes de forma legal, ordenada, segura e respeitosa dos direitos humanos.
- Formular recomendações sobre o papel dos parlamentares no estabelecimento de um marco jurídico que seja eficaz, seguro, no respeito aos direitos humanos e adaptado a um cenário de mudança e globalização.

### APRESENTAÇÕES

No intuito de cumprir com estes objetivos, o grupo de trabalho assistiu às apresentações de três especialistas na matéria: a sra. Águeda Marín, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o sr. Mario López-Garelli, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIADH) e o Dr. Demetrios G. Papademetriou, do Instituto de Política de Migração. Suas apresentações e o debate foram resumidos a seguir.

### **Sra. Águeda Marín**

A sra. Marín começou sua apresentação afirmando que, para que as políticas de migração sejam bem sucedidas, elas têm que levar em conta os direitos humanos. Entretanto, apesar do fato de que os direitos dos migrantes são direitos humanos, abusos continuam ocorrendo por todo o mundo. A principal mensagem transmitida pela sra. Marín foi que a responsabilidade compartilhada é um dos elementos-chave para conseguir o respeito aos direitos humanos dos migrantes. Todos os estados têm interesse e são também responsáveis por proteger esses direitos, quer seja como países de origem, trânsito ou destino.

Foi criado um sistema de direito internacional de múltiplos níveis para garantir a proteção dos direitos humanos dos migrantes. O princípio-chave das leis sobre direitos humanos nesta área é o da não-discriminação, que faz recair sobre o Estado a responsabilidade de respeitar e proteger os direitos humanos de todas as pessoas em seu território, tanto os nacionais como os não nacionais, salvo umas poucas exceções. Entretanto, desafios se apresentam ao se tentar pôr em prática os direitos aplicáveis aos migrantes.

Os estados podem adotar certas medidas com vistas a implementar os direitos humanos, entre outras, a criação de leis, estruturas, programas e políticas. A implementação eficaz dos direitos humanos requer a promoção, a prevenção das violações e a proteção e reparação nos casos em que houve abusos. Os estados necessitam tanto leis em matéria de migração como políticas migratórias, as quais devem se refletir e afirmar mutuamente. Entre as condições subjacentes importantes se incluem uma capacidade efetiva de implementar e respeitar os direitos humanos, uma formulação de políticas coerentes, iniciativas para promover a sensibilização sobre os direitos, e a cooperação entre os estados. Proteger os direitos humanos dos migrantes não é só uma responsabilidade compartilhada entre os estados, mas implica a participação de uma ampla gama de atores da sociedade, entre outros, a sociedade civil, os meios de comunicação, os empregadores e os sindicatos.

Os direitos humanos são componentes básicos importantes de um enfoque completo de governança da migração. São muitas lições que podem ser adquiridas de outros estados, assim como em fóruns regionais. Por exemplo, a Organização Internacional para as Migrações conta com uma base de dados sobre direito internacional em matéria de migrações, com legislação de distintos países, assim como acordos binacionais, que pode servir de ferramenta de referência. A prevenção, promoção, proteção e reparação são conceitos-chave, tendo presente que os direitos humanos são importantes tanto para a pessoa como para o país que a acolhe.

### **Sr. Mario López-Garelli**

O sr. López-Garelli salientou as atividades da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no âmbito das migrações. Ele fez referência à Carta da OEA e aos princípios consagrados no preâmbulo e o artigo 45, em particular, o princípio da não discriminação. Além disso, falou de como as migrações se converteram numa importante questão política na região devido ao ritmo e volume dos fluxos migratórios.

Com relação ao trabalho pertinente à matéria realizado pela CIDH, o Sr. López-Garelli destacou o Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes, que serve de modelo e ponto de referência para as ações empreendidas neste campo. Ele também mencionou as atividades do Relator Especial de Trabalhadores Migratórios e Membros de suas Famílias, inclusive o



relatório recente sobre a detenção de migrantes e processo justo nos Estados Unidos. A comissão tem trabalhado também em outras questões relacionadas com as migrações, realizando audiências sobre diversos temas, entre outros, os migrantes como trabalhadores domésticos, as violações dos direitos humanos das pessoas em trânsito e as atividades anti-imigratórias de grupos em certos países.

O sr. López-Garelli salientou a importância da Opinião Consultiva OC-18 da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esta decisão expôs claramente a natureza das obrigações dos estados com relação aos migrantes e, em particular, deu enfoque aos princípios de igualdade, à não discriminação e o processo justo. A não discriminação inclui o mercado de trabalho e as leis trabalhistas; é necessário que se respeitem os direitos trabalhistas dos migrantes como qualquer outro trabalhador, uma vez que se tenha estabelecido uma relação de trabalho. As garantias do processo justo se aplicam a quem entrou no país de forma ilegal.

#### **Dr. Demetrios G. Papademetriou**

O sr. Papademetriou enfocou a migração e os direitos humanos nas Américas no contexto da atual crise econômica. A gravidade da crise econômica sugere que os empregos serão poucos, mesmo depois do início da recuperação. A migração foi afetada de maneira talvez surpreendente; os migrantes estão considerando a nova realidade econômica e escolhendo frequentemente ficar onde estão, seja no seu país de origem ou no país de destino. Entretanto, a política de imigração, pode afetar a decisão dos migrantes, como ficou evidente no Reino Unido e na Irlanda onde a possibilidade de um retorno legal (além da oportunidade econômica nos seus países de origem) contribuiu para a decisão de europeus do leste de voltar para casa.

Os migrantes são desproporcionalmente afetados pela crise econômica pois tendem a ser empregados por setores com proteção trabalhista e social relativamente fraca. Além disso, quando os migrantes perdem seus empregos, eles podem não ter acesso à assistência-desemprego ou outro benefício do governo. Em tempos de crise econômica, os migrantes são particularmente vulneráveis e portanto precisam de proteção em três áreas: proteção contra expulsão, proteção para pessoas em trânsito, e proteções trabalhistas e sociais.

#### **DISCUSSÕES**

Os participantes discutiram inúmeras questões relativas aos direitos humanos e migração. Diferentes países têm diferentes experiências com migração; princípios gerais e melhores práticas podem ser úteis, mas situações específicas também precisam ser consideradas. Os participantes discutiram o papel desempenhado por condições econômicas nos países de origem na motivação para migração e volta para casa. Grupos vulneráveis, como as mulheres e menores desacompanhados eram também uma preocupação. O contexto atual, incluindo fatos como a diminuição de remessas, oportunidades para migração ordenada e a vulnerabilidade crescente de migrantes com relação a agentes sem escrúpulos foram discutidas com as futuras implicações.

#### **CONSIDERAÇÕES**

Os parlamentares participantes do Grupo de trabalho nº 3: Migrações internacionais e Direitos Humanos:

1. Reconhecemos que todos os seres humanos gozam de direitos fundamentais

independentemente de sua situação migratória e expressamos a vontade de respeitá-los e garantir tal princípio.

2. Observamos que as diversas tendências do fenômeno migratório nas Américas ocorrem principalmente por motivos econômicos e a busca de maiores oportunidades para o desenvolvimento pessoal e familiar.
3. Constatamos que a atual crise econômica que vive o mundo é talvez a mais grave depois da Segunda Guerra Mundial e que provocou uma grave alteração nas tendências atuais do fenômeno migratório, em particular no Hemisfério Ocidental.
4. Somos conscientes de que os migrantes são vulneráveis a abusos e corrupção por parte do crime organizado, assim como de diversas autoridades.
5. Temos presente a necessidade imperiosa de oferecer proteção a todas as pessoas migrantes, e em particular, aos grupos vulneráveis.
6. Reconhecemos a fragilidade generalizada da proteção social e trabalhista dos migrantes no continente.
7. Estamos preocupados com as reações negativas que possam ocorrer em nível regional face a esta crise econômica e pela deterioração dos mecanismos de proteção dos direitos dos migrantes.
8. Observamos que alguns países não assinaram, não adotaram e não cumprem as normas e instrumentos jurídicos internacionais existentes para a proteção de migrantes.
9. Levamos em conta que não é exclusivamente uma questão de direitos humanos, mas também de assegurar que a migração internacional se inscreva dentro de uma estrutura que respeite as normas correspondentes.
10. Reconhecemos a importância de que a legislação e políticas migratórias sejam coerentes entre si e com as de outras matérias, para a coordenação efetiva entre os diferentes poderes e níveis do Estado.
11. Estamos conscientes de que a co-responsabilidade é um elemento-chave para uma política migratória efetiva.
12. Observamos a necessidade de uma maior capacidade técnica para propiciar a eficiência no desenho e aplicação de políticas e legislações migratórias.
13. Destacamos que cada país da região deve avaliar suas atuais legislações e políticas migratórias de acordo com o contexto mencionado para assegurar que a migração internacional seja digna.

Portanto, está no melhor interesse de todos os países conseguir mecanismos que permitam que as migrações na região se realizem de forma segura e no respeito dos direitos humanos e é nosso dever instar a todos os Congressos do continente a favorecer na legislação e nas políticas migratórias que o fluxo de pessoas possa ocorrer de forma digna, legal, ordenada e segura a partir do princípio de co-responsabilidade entre os estados de origem, trânsito e destino.



## RECOMENDAÇÕES

*Aprovadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.*

Baseado nas deliberações do Grupo de Trabalho sobre Migrações Internacionais e Direitos Humanos que tiveram lugar no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009, e nas Considerações expostas pelo Grupo,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA faz as seguintes recomendações:

1. Que os parlamentos membros do FIPA promovam um diálogo aprofundado com os Poderes Executivos de seus Estados com o objetivo de homologar a legislação com uma política pública migratória integral que tenha como característica que seja digna, legal, ordenada, segura e que respeite os direitos humanos.
2. Que os parlamentos membros do FIPA fortaleçam o diálogo político entre os Poderes Legislativos para conhecer as realidades e necessidades particulares de cada região – e buscar propostas de soluções conjuntas entre países de origem, trânsito e destino que promovam fluxos dignos, legais, ordenados, seguros e no respeito dos direitos humanos.
3. Que os parlamentos membros do FIPA incentivem ações que:
  - a. Combatam o tráfico e contrabando de pessoas;
  - b. Promovem a paz e reduzam a violência em regiões fronteiriças;
  - c. Condenem e evitem a xenofobia e discriminação do migrante;
  - d. Estabeleçam padrões mínimos para a proteção dos migrantes durante a detenção e deportação de migrantes assim como garantam a unidade familiar, a proteção consular e o processo justo;
  - e. Fortaleçam a integração dos migrantes às comunidades receptoras;
  - f. Apelem para que todos os países do sistema internacional assinem, adotem e cumpram os tratados em matéria de direitos humanos e mobilidade humana.
4. Que os parlamentos membros do FIPA solicitem, através do FIPA, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Organização Internacional para as Migrações (OIM) que apoiem os Poderes Legislativos da região na organização de atividades que tendem a promover os instrumentos jurídicos existentes sobre direitos humanos e migração.
5. Que os parlamentos membros do FIPA organizem, através do FIPA e com o apoio da Organização Internacional das Migrações (OIM), workshops de capacitação regionais sobre o tema do tráfico de pessoas para promover as melhores práticas e legislações contra esse crime.

**Hon. Ricardo García Cervantes**

**Vice-Presidente do Senado do México**

Presidente do Grupo de Trabalho

**Hon. Sergio Romero Pizarro, Senador do Chile**

Relator

**Sandra Elgersma, analista, Biblioteca do Parlamento, Parlamento do Canadá**

**Karla Mendoza Alcántara, assessora, Gabinete do Senador Ricardo García Cervantes, Senado do México**

**Aaron Terrazas, analista de políticas associado, Migration Policy Institute**

Secretários do Grupo de Trabalho

**PARTICIPANTES**

Bolívia	Senador Guido Guardia Flores
Brasil	Senador Eduardo Azeredo
Canadá	Senadora Raynell Andreychuk Deputada Francine Lalonde Deputado Mario Silva
Colômbia	Senadora Gloria Inés Ramírez
Chile	Senador Sergio Romero Pizarro Deputado Iván Moreira Barros
Equador	Linda Machuca Moscoso, Membro da Assembleia Nacional
Granada	Senador George Prime
México	Senador Rubén Fernando Velázquez López
Panamá	Deputada Iracema Ayarza de Dale Deputado Víctor Juliao Deputado Tito Rodríguez
Paraguai	Senador Carlos Roger Caballero Fioro
Peru	Congressista Carlos Alberto Torres Caro
República Dominicana	Deputada Josefa Castillo Deputado Mauro Piña Bello
Surinam	Deputado Frankel Brewster Deputado Ortwin Cairo

#### 8.6.4 Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

### RELATÓRIO FINAL E RECOMENDAÇÕES Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

*Original: francês*

Foto: FIPA



Linda Machuca Moscoso, parlamentar equatoriana nova presidenta do Grupo de Mulheres

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas realizou sua quinta reunião em Ottawa, Canadá, em 13, 14 e 15 de setembro de 2009, com a participação de homens e mulheres parlamentares de Argentina, as Bahamas, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Equador, Granada, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lucia, Surinam e Trinidad e Tobago. A **senadora canadense Céline Hervieux-Payette**, ex presidenta do FIPA, presidiu as sessões de trabalho em substituição à senadora colombiana Cecilia López, presidenta do Grupo de Mulheres, quem não pôde estar presente.

#### APRESENTAÇÃO

A apresentação da nossa conferencista convidada, a **sra. Lynn Holowesko, presidenta do Senado da Commonwealth das Bahamas**, salientou sobretudo a complementaridade dos homens e mulheres relacionada, entre outros, com a condição biológica de seu respectivo cérebro; conseqüentemente, considerou que a contribuição de homens e mulheres permitirá conseguir um melhor equilíbrio para garantir uma governança política otimizada em uma sociedade cada vez mais complexa.

A sra. Holowesko destacou o progresso lento conseguido para a paridade das mulheres nos parlamentos das Américas e observou que alguns países não contam com nenhuma mulher entre seus representantes eleitos. Ela comentou sobre uma pesquisa realizada nos Estados Unidos que atribuía as seguintes qualidades às mulheres que poderiam ser candidatas em nível político: a honestidade, a inteligência, a abertura de espírito e a criatividade. Ela salientou que as mulheres foram qualificadas como mais honestas que os homens no mundo da política durante essa consulta.

A sra. Holowesko constatou que as mulheres que se dedicam à política têm tendência a se interessar mais pelas questões de educação e saúde. Sugeriu que as mulheres devem participar mais nos campos da defesa, segurança, justiça e economia.

#### DISCUSSÕES

Vários participantes compartilharam de suas opiniões sobre como reduzir ou eliminar as diferenças na participação das mulheres no processo político. Alguns países adotaram medidas legislativas, que seja

em nível da eleição das candidatas nas listas dos partidos políticos, ou outro tipo de medidas que estabelecem quotas.

Segundo as jovens parlamentares, a situação ideal seria a de paridade, isto é, a metade dos assentos, nem mais nem menos.

Esse é o objetivo que a maioria dos participantes apoiava. Alguns participantes pareciam acreditar que não existia nenhuma barreira estrutural para a candidatura das mulheres para cargos eletivos, enquanto que um dos participantes expressou sua inquietude pelo fato de que a incorporação das mulheres ao cenário político poderia prejudicar a educação das crianças. Chegou-se à conclusão de que era decisão das mulheres ter acesso a funções no âmbito político ou econômico, tanto é que atualmente, em vários países, as mulheres são o grupo mais numeroso na maioria das universidades.

Com relação às políticas que se referem sobretudo às mulheres, os participantes expressaram o desejo de que a Igreja e o Estado se limitem ao seu respectivo campo de ação, principalmente no que se refere às técnicas de reprodução e ao aborto.

Vários participantes indicaram sua vontade de que se fortaleçam medidas legislativas nos casos de violência familiar, violação, abuso sexual e, sobretudo, que exista uma maior colaboração internacional para castigar os infratores.

Por último, os participantes constataram que os meios de comunicação contribuem a levantar barreiras para conseguir a igualdade das mulheres no terreno político, chegando inclusive em alguns casos à discriminação.

Segundo uma das participantes, as mulheres parlamentares deveriam antes de tudo criar uma rede de solidariedade entre todas as mulheres de seu país. As candidatas têm a responsabilidade de manter contato com a população feminina de sua região para consultá-la e sensibilizá-la com o processo político.

## **ELEIÇÃO**

A eleição da presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA ocorreu por ocasião de uma sessão especial na manhã do dia 15 de setembro de 2009. A senhora Linda Machuca Moscoso, membro da Assembléia Nacional do Equador, foi eleita substituindo a senadora Cecília Lopez, da Colômbia, que havia concluído seu mandato.

## **RECOMENDAÇÕES**

*Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.*

Baseado nas deliberações no âmbito da Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares realizada no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA faz as seguintes recomendações:

1. Que se estabeleçam medidas legislativas para assegurar a paridade dos homens e das mulheres nos Parlamentos das Américas.
2. Que as mulheres parlamentares das Américas participem plenamente do processo legislativo, indo além das pastas sociais e de educação, cuidando de pastas no campo da economia, defesa,



segurança, etc.

3. Que os Parlamentos das Américas colaborem para garantir que os atos criminosos, como a violação, os abusos sexuais, os atos de violência familiar, etc., possam ser objetos de sanções quando seus autores atravessarem as fronteiras.
4. Que as mulheres parlamentares garantam que sua população feminina participe e que se estabeleçam redes de solidariedade.
5. Reconhecendo a importância do Congresso de parlamentares “Rumo à uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”, realizado em Bogotá, Colômbia, em 20 a 21 de novembro de 2008, a Assembléia Plenária:
  - a) Aprova as recomendações adotadas pelos parlamentares reunidos no Congresso “Rumo à uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”, anexadas à presente recomendação; e
  - b) Incentiva os parlamentos membros do FIPA a prestarem contas do avanço feito na implementação dessas recomendações na próxima Reunião Plenária do FIPA.

**Hon. Céline Hervieux-Payette**

**Senadora do Canadá**

Presidenta da Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

**PARTICIPANTES**

Argentina	Deputada Susana Mercedes Canela
Bahamas	Lynn Holowesko, Presidenta do Senado
Bolívia	Senadora María Silvia Baldomar Senador Guido Guardia Flores
Brasil	Senador Eduardo Azeredo Deputado Luiz Carlos Hauly Deputado Antonio Carlos Mendez Thame
Canadá	Senadora Pierrette Ringuette
Colômbia	Senadora Gloria Inés Ramírez
Equador	Lídice Vanesa Larrea Viteri, Membro Assembleia Nacional Linda Machuca Moscoso, Membro Assembleia Nacional
Granada	Joan Purcell, Presidenta do Senado Senador George Prime Deputado Roland Bholá
Jamaica	Deputada Shahine Robinson
México	Senadora Adriana González Carrillo
Panamá	Deputada Iracema Ayarza de Dale Deputada Dana Castañeda Deputado Tito Rodríguez

Paraguai	Senador Carlos Roger Caballero Fioro Senador Alberto Grillón Conigliaro Senador Amancio López Irala
Peru	Congressista Eduardo Espinoza Ramos Congressista Karina Juliza Beteta Rubín
República Dominicana	Deputado Josefa Castillo Deputado Mauro Piña Bello Deputado Gilberto Serulle
Santa Lucia	Rosemary Husbands-Mathurin, Presidenta da Assembleia
Surinam	Deputado August Bado Deputado Frankel Brewster Deputado Ortwin Cairo Deputado Soedeshchand Jairam Deputado Chanderdath Tilakdharie
Trinidad e Tobago	Senador Adesh Nanan

Anexo:

**RUMO A UMA AGENDA LEGISLATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO COM PERSPECTIVA DO  
GÊNERO PARA AS AMÉRICAS**

**Bogotá, Colômbia, 20 e 21 de novembro de 2008**

---

**RECOMENDAÇÕES**

*Original: espanhol*

*Aprovadas em 21 de novembro de 2008.*

Nós, mulheres e homens parlamentares das Américas, reunidos para o Congresso “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas” em 20 e 21 de novembro de 2008, em Bogotá, Colômbia, fazemos as seguintes recomendações, que devem ser apresentadas aos nossos respectivos Parlamentos:

**Políticas econômicas e gênero**

- Iniciar o processo de construção de um Plano de ação para que os Parlamentos da América tenham maior ingerência sobre os temas de desenvolvimento e que os mesmos contemplem a igualdade de gênero.



- Incorporar a perspectiva de gênero como um aspecto central e transversal na formulação de orçamentos públicos do setor central, regional e local<sup>1</sup> que os conduza a serem equilibrados e sustentáveis, e que não sejam traduzidos em programas e projetos isolados com caráter marginal ou subsidiário.
- Reconhecer durante a negociação de acordos comerciais a necessidade de tornar visível e remunerar equitativamente o trabalho das mulheres, isso sendo traduzido em empregos formais com as devidas garantias de proteção e seguro social.

### **Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas**

- A crise global golpeia de modo especial a mulher, mas as crises também podem dar lugar a oportunidades; para tanto se deve trabalhar de maneira criativa para que a nova ordem a ser configurada - não como um retoque da atual mas sim como uma cirurgia profunda que parta de uma visão integral, inclusiva e sustentável - supere a desigualdade de gênero e muitas outras iniquidades existentes hoje.
- Adotar novos critérios a fim de estabelecer a competitividade econômica dos países, assegurando-se que isto não implique no aviltamento dos salários e em novas formas de exploração.
- Redefinir a relação existente entre o trabalho produtivo e reprodutivo para que mulheres e homens tenham um papel preponderante em ambas as esferas.

### **Políticas sociais, gênero e desenvolvimento**

- Assumir um enfoque de direitos sociais e especialmente de gênero no desenho das políticas sociais, tendo em conta que se apresenta uma janela de oportunidades ou um cenário propício para o diálogo entre o social e o gênero.
- Reconhecer as seguintes vantagens em se ter um enfoque de gênero nas políticas sociais: (i) Coerência de valores entre a legislação e a realidade; (ii) Sustentabilidade institucional dos poderes legislativo, executivo e judicial; (iii) Maior legitimidade social e política; e (iv) Melhores políticas sociais, porque permite detectar as discriminações existentes para corrigi-las.
- Os direitos humanos devem ser reconhecidos nas políticas sociais como ocorre nas políticas criminais.

### **Sustentação ambiental e de gênero**

- Desenvolver novos paradigmas de sustentação ambiental e de gênero.
- Levantar em conta a cultura e a dignidade dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.
- Construir uma auditoria com enfoque de gênero sobre os investimentos realizados na sustentação dos recursos naturais.

---

<sup>1</sup> Nota do revisor: Ou seja, da União, Estados e Municípios.

### **Democracia, reformas político eleitorais e gênero**

- Promover a articulação do Legislativo com as organizações sociais de base com o intuito de assegurar o cumprimento da lei de cotas.
- Sensibilizar os meios de comunicação com o objetivo de tornar visível a participação política da mulher e transformar os estereótipos de gênero.
- Propor o financiamento público da participação política que venha a favorecer a inclusão da mulher.

#### **Cecília López Montaño**

Senadora da Colômbia  
Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares  
das Américas do FIPA

#### **Céline Hervieux-Payette**

Senadora do Canadá  
Ex-presidenta do FIPA

**Juana Laverde Castañeda**, Relatora

## **8.7 Apêndice 7 – Recomendações e Resolução apresentadas pelo Comitê Executivo**

### *8.7.1 Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.1: Resultado do Diálogo Parlamentar Extraordinário ocorrido antes da V Cúpula dos Chefes de Estados e Governos das Américas*

#### **RECOMENDAÇÃO**

#### **Resultado do Diálogo Parlamentar Especial ocorrido antes da V Cúpula dos Chefes de Estados e Governos das Américas**

*Original: inglês*

*Adotada pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009*

RECONHECENDO a importância do Diálogo Parlamentar Extraordinário pré-Cúpula realizado pelo Parlamento de Trinidad e Tobago e o Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) em 16 de abril de 2009 e a adoção de uma declaração final;

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA:

1. APOIA a Declaração Final adotada pelos parlamentares reunidos para o Diálogo Parlamentar Extraordinário anexada à presente recomendação;
2. RECOMENDA que diálogos parlamentares semelhantes sejam realizados como parte das atividades regulares pré-Cúpula implementadas no âmbito das futuras cúpulas dos Chefes de Estado e Governo das Américas.



Anexo:

**DIÁLOGO PARLAMENTAR EXTRAORDINÁRIO  
“ENVOLVENDO PARLAMENTOS NO PROCESSO DAS CÚPULAS DAS AMÉRICAS”**

PARLAMENTO DA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO  
PORTO ESPANHA, TRINIDAD E TOBAGO  
16 DE ABRIL DE 2009

DECLARAÇÃO FINAL  
Adotada em 16 de abril de 2009

*Original: inglês*

Nós, os Parlamentares, reunidos no Diálogo Parlamentar Extraordinário organizado pelo Parlamento da República de Trinidad e Tobago e o Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) em 16 de abril de 2009 em Porto Espanha, Trinidad e Tobago:

1. Encorajamos os parlamentares e o Poder Executivo a ser parceiros no processo de implementação da Declaração de Compromisso de Porto Espanha, que será adotada pelos Chefes de Estado e Governo das Américas na Quinta Cúpula.
2. Encorajamos os governos a reconhecer a grande diversidade existente nos vários países do hemisfério quando da aplicação da Declaração.
3. Afirmamos que uma maior participação parlamentar no Processo das Cúpulas das Américas conduzirá à responsabilização e a maior transparência.
4. Instamos aos Governos a garantir o apoio financeiro à Organização dos Estados Americanos para supervisionar a aplicação da Declaração da Cúpula e executar as atribuições que lhe foram conferidas.
5. Manifestamos a nossa vontade de participar de forma contínua no Processo das Cúpulas das Américas através do FIPA.

8.7.2 *Recomendação FIPA/PA6/2009/REC.2: a Pandemia de Gripe A (H1N1)*

**RECOMENDAÇÃO**  
**A Pandemia de Gripe A (H1N1)**

*Original: espanhol*

*Adotada pela Assembleia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009*

**Considerando** que a globalização tem desenvolvido profundos laços em todo o mundo, facilitando o intercâmbio de pessoas, bens e serviços; e de maneira indireta, aumentado as possibilidades de transmissão de enfermidades.

**Conscientes** de que uma pandemia pode por em perigo os sistemas de saúde dos Estados, com significativo impacto em seus sistemas social e econômico.

**Reconhecendo** o sistema de preparação global para pandemias da Organização Mundial da Saúde e os mecanismos estabelecidos pelo novo Regulamento Sanitário Internacional (RSI) (2005), aprovado por todos os Estados Membros, e que tem como objetivo a detecção antecipada de eventos que possam constituir urgências de saúde pública de importância internacional e a aplicação de intervenções nacionais e internacionais.

**Convencidos** da importância de que todos os países do hemisfério cumpram com o RSI-2005 e através do fortalecimento do sistema de vigilância e resposta estabelecido em cada país, possam, por meio de seus Pontos Nacionais de Conexão, cumprir com a obrigação de notificar à Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS) sobre qualquer urgência de saúde pública de importância internacional, particularmente aquelas com um potencial de disseminação extremo.

**Observando** a eficácia do mecanismo de comunicação prévia e detalhada sobre uma possível emergência de saúde pública, instaurado pelo México, EUA e Canadá no marco da Aliança para a Seguridade e Prosperidade de América do Norte, a qual permitiu identificar nos laboratórios do Canadá e EUA o vírus pandêmico (H1N1) 2009 e alertar de maneira oportuna a comunidade internacional.

**Reconhecendo** que ao implementar o sistema de informação da OPS/OMS durante o início e desenvolvimento da pandemia (H1N1) 2009 para monitorá-la por meio da notificação de casos confirmados e mortes, o México produziu benefícios para o sistema sanitário mundial, apesar das possíveis consequências negativas para sua economia.

**Reconhecendo** a necessidade de incentivar a transparência e a cooperação internacional em matéria sanitária.

**Tendo em conta** que a pandemia ocasionada pelo vírus pandêmico (H1N1) 2009 persistirá nos próximos meses, pois continua se propagando em meio a populações vulneráveis.

**Informados** pela OPS/OMS que o impacto da pandemia poderia se agravar nos próximos meses, ocasionando um maior número de pessoas infectadas; que a existência de um elevado número de pacientes gravemente enfermos que precisarão de cuidados intensivos representará a carga mais



pesada para os serviços de saúde, e; que essa pressão poderia ultrapassar a capacidade das unidades de cuidados intensivos, em detrimento possivelmente da atenção dispensada aos que sofrem de outras enfermidades.

**Conscientes** dos perigos a que estão expostos grupos vulneráveis e minoritários e que a vacina em desenvolvimento não estará disponível em quantidade suficiente para cobrir toda a população dos Estados.

#### A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA:

1. RECOMENDA aos Parlamentos membros do FIPA fortalecer, por meio de legislações e de maiores orçamentos, o setor de saúde para enfrentar pandemias como a do atual vírus pandêmico (H1N1) 2009 e garantir o uso responsável dos medicamentos antivirais recomendados e efetivos.
2. EXORTA os Parlamentos membros do FIPA a proteger, através dos mecanismos legais necessários, os grupos vulneráveis para garantir seu acesso aos serviços médicos pertinentes.
3. APELA para que os Parlamentos membros do FIPA se comprometam a participar ativamente em campanhas de comunicação educativa para prevenir e mitigar qualquer surto ou epidemia.
4. APELA para os meios de comunicação da região sobre o papel fundamental que desempenham para difundir as medidas de prevenção e promover a solidariedade para uma gestão justa dos recursos disponíveis.
5. EXORTA os Parlamentos membros do FIPA a promover em seus Estados a concepção de mecanismos de comunicação prévia com os Estados vizinhos e a implementar rigorosamente o RSI(2005) e todos os mecanismos e sistemas de vigilância e resposta que o apoiem, para manter a totalidade dos compromissos assumidos pelos Estados junto à Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde.
6. EXORTA os organismos financeiros multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a compensar de maneira prioritária os países que notifiquem de maneira oportuna possíveis urgências de saúde pública de importância internacional.
7. APELA para os Parlamentos membros do FIPA para que se comprometam e promovam dentro de seus Estados, quando a Organização Mundial da Saúde assim o recomendar, a não discriminação dos viajantes, e não limitem de forma desnecessária o transporte de pessoas e mercadorias, para incentivar as notificações de eventos epidemiológicos que possam afetar a saúde pública internacional.
8. RECONHECE o mérito do governo do México pela transparência demonstrada e sua resposta oportuna diante do surgimento do vírus pandêmico (H1N1) 2009.
9. APELA para a comunidade internacional para fortalecer a cooperação e a solidariedade no tema da Pandemia de Gripe A (H1N1).

*8.7.3 Resolução FIPA/PA6/2009/RES.1: Emenda ao Artigo 6.1 do Regulamento do FIPA sobre a Composição do Comitê Executivo*

**RESOLUÇÃO**

**Emenda ao Artigo 6.1 do Regulamento do FIPA sobre a Composição do Comitê Executivo**

*Adotada pela Assembleia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009*

Como recomendado durante a XIX Reunião do Comitê Executivo realizada em Washington D.C., Estados Unidos, em 24 de junho de 2009,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA DECIDE que,

O artigo 6.1 do Regulamento do Fórum Interparlamentar das Américas, no que tange à composição do Comitê Executivo, será alterado nos seguintes termos:

**“6.1 Composição**

Os representantes do Comitê Executivo deverão ser membros ativos dos seus respectivos parlamentos nacionais, mas não deverão ser, simultaneamente, membros do Conselho de Ministros no poder legislativo dos seus países.

Esta deverá ser a composição do Comitê Executivo:

- o Presidente do FIPA
  - o Dois representantes de cada uma das sub-regiões descritas em 6.1g)
  - o Um representante do país anfitrião da próxima Reunião Plenária
  - o Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas
  - ~~o Último ex-presidente do FIPA. Os ex-presidentes do FIPA~~
- b) Se o Presidente renunciar, falecer ou se desqualificar para ocupar o cargo por deixar de ser um membro do parlamento, ou for nomeado para a pasta de ministro no Poder Executivo de seu Estado, o Comitê Executivo deverá eleger um de seus membros como Presidente interino até a próxima Assembleia Plenária.
- c) A legislatura nacional de cada país eleito membro do Comitê Executivo deverá notificar o nome de seu delegado parlamentar ao Comitê Executivo em comunicação escrita dirigida ao Presidente no prazo de 30 dias a partir da eleição do país para o Comitê Executivo. Esse delegado integrará o Comitê Executivo, com sujeição ao parágrafo (e), durante a totalidade do período.
- d) Se qualquer membro do Comitê Executivo não mais puder cumprir suas obrigações por ter renunciado, falecido ou deixado de ser membro do parlamento, legislatura ou congresso do seu país, ou por ter sido nomeado ministro junto ao Poder Executivo de seu Estado, a legislatura nacional à qual tal membro pertence deverá nomear um membro alternativo para servir o período restante do mandato até a próxima Reunião Plenária.



- e) Os países membros do Comitê Executivo podem ser reeleitos.
- f) A fim de assegurar equilíbrio na representação regional, o hemisfério deverá ser dividido nas seguintes sub-regiões:
  - o *América do Norte*: Canadá, Estados Unidos e México.
  - o *América Central*: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.
  - o *Caribe*: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, e Trinidad e Tobago.
  - o *América do Sul*: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
- g) Cada sub-região deverá ter autonomia para decidir sobre o método de sua escolha para selecionar os países membros que a representarão no Comitê Executivo.
- h) Cada membro do Comitê Executivo deverá servir por um período de dois anos, sob as seguintes condições:
  - o Um dos dois países membros que representam uma sub-região no Comitê estará qualificado para reeleição a cada ano na Reunião Plenária.
  - o O mandato de um membro do Comitê Executivo que representa o país anfitrião da Reunião Plenária deverá transcorrer a partir do mês posterior à reunião anual prévia até o mês do ano no qual a Reunião Plenária é realizada em tal país.”

## 8.8 Apêndice 8 – Declaração FIPA/EC/2009/DEC.1 de Condena do Golpe de Estado em Honduras

### **Declaração de condena do Golpe de Estado em Honduras**

*Adotada pelo Comitê Executivo do FIPA em 1 de julho de 2009.*

*Aprovada pela Assembleia Plenária em 15 de setembro de 2009.*

CONSIDERANDO a grave situação vigente em Honduras resultado de um golpe militar que derrubou o Governo do Presidente José Manuel Zelaya Rosales;

REAFIRMANDO o apoio do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) aos princípios estabelecidos na Carta Democrática Interamericana;

O Comitê Executivo do FIPA:

1. CONDENA enfaticamente o golpe perpetrado contra o Governo constitucionalmente eleito de Honduras, o qual representa uma grave ameaça a paz e aos valores democráticos nesse país;
2. SE UNE A COMUNIDADE INTERAMERICANA INSTANDO a todas as partes envolvidas a restabelecer o estado de direito e a ordem constitucional;
3. SOLICITA que a crise interna se resolva pela via do diálogo entre os atores políticos e sociais envolvidos;
4. CONDENA os atos de violência cometidos e EXIGE segurança para os membros do Governo do Presidente José Manuel Zelaya Rosales e respeito a liberdade de expressão e aos direitos humanos de todos os hondurenhos.



## 8.9 Apêndice 9 – Composição do Comitê Executivo 2009-2010

### Membros do Comitê Executivo do FIPA para 2009-2010

Cargo	Nome do delegado parlamentar	País	Mandato
<b>Presidência</b>	Deputado Luiz Carlos Hauly	Brasil	2009 a 2011
<b>América do Norte</b>	Deputado James Bezan	Canadá	2006 a 2010
	<i>Nome do delegado a confirmar</i>	Estados Unidos da América	2009 a 2011
<b>América Central</b>	Deputada María Estela de la Cruz	República Dominicana	2006 a 2010
	Deputado Víctor Juliao III	Panamá	2009 a 2011
<b>Caraíbas</b>	Deputado Stanford Callender	Trinidad e Tobago	2006 a 2010
	Rosemary Husbands-Mathurin, Presidenta da Câmara da Assembleia	Santa Lucia	2009 a 2011
<b>América do Sul</b>	Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda	Colômbia	2006 a 2010
	Senador Alberto Grillón Conigliaro	Paraguai	2009 a 2011
<b>País anfitrião da Assembleia Plenária</b>	Senadora Adriana González Carrillo	México	2009 a 2010
<b>Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas</b>	Linda Machuca Moscoso, Membro da Assembleia Nacional	Equador	2009 a 2011
<b>Ex-presidente do FIPA</b>	Senadora Céline Hervieux-Payette	Canadá	2006 –

**Secretária Executiva:** Sra. Emmanuelle Pelletier